



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Políticas de base-comunitária e gentrificação: o Programa BIP/ZIP
na Mouraria

Mário Daniel da Graça e Silva

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Alexandra Paio, Professora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Roberto Falanga, Investigador Auxiliar,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Políticas de base-comunitária e gentrificação: o Programa BIP/ZIP
na Mouraria

Mário Daniel da Graça e Silva

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Alexandra Paio, Professora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Roberto Falanga, Investigador Auxiliar,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro, 2023

Aos meus pais, ao meu irmão, e à Fraga.

Agradecimento

Aos meus orientadores, professora Alexandra Paio e professor Roberto Falanga, pela paciência, compreensão e disponibilidade constantes, a quem nunca faltou uma palavra amiga para me tranquilizar e motivar.

À Maria Victória, Rita Moura e Teresa Tomé, que tão bem me acolheram na Divisão de Apoio a Intervenções Locais e me deram a conhecer a fascinante Estratégia BIP/ZIP; e a todos aqueles que aceitaram ser entrevistados, pela afabilidade e trabalho tão inspirador.

Ao Sr. António e ao Sporting Clube da Penha, que me fizeram sentir em casa em Lisboa.

Aos meus amigos do Porto, Sever e Lisboa, e em especial ao Kiko, meu manito jurídico e fiel parceiro de patuscada, e ao Daniel, pela sabedoria e gentileza que transborda, e por ser uma autêntica referência.

À minha família, que me apoiou incondicionalmente ao longo de todo o meu percurso académico – mesmo quando as escolhas aparentavam ser questionáveis –, pelo inesgotável amor e carinho.

E à Fraga, por todas as coisas e mais algumas. Pelos *reels* de plantas e receitas que nunca vamos fazer, pelas críticas (fundadas) às minhas escolhas estéticas, pelos abraços quentinhos, por todo o apoio em forma de extensas revisões, dicas e otimismo – fundamentais à conclusão desta etapa –, mas sobretudo por todo o amor. És uma inspiração. Obrigado.

Resumo

A gentrificação é hoje um fenómeno planetário cujos efeitos acarretam implicações significativas para as comunidades. Este processo relaciona-se intimamente com as políticas públicas, instrumentos que podem, por vezes, facilitar ou resistir à gentrificação. Esta ambiguidade é, contudo, um tópico ainda pouco explorado, sobretudo no que concerne as políticas de base-comunitária. Assim, o presente estudo, desenvolvido no bairro da Mouraria, em Lisboa, investiga o papel do Programa BIP/ZIP nos processos de gentrificação que caracterizam a cidade na última década. A pesquisa indica uma potencial ambivalência no programa, que aparenta contribuir para a promoção da gentrificação, mas mitigar os efeitos negativos do processo. Os resultados, obtidos através de entrevistas a promotores de projetos no âmbito do Programa BIP/ZIP e análise documental, demonstram que estes, por um lado, ao promoverem práticas artísticas e culturais inserem-se numa lógica de valorização imobiliária, e, por outro, atuam sobre formas de desalojamento indireto emergentes da gentrificação. É sublinhado que o programa pode contribuir para refrear uma postura mais crítica e reivindicativa das organizações de base-comunitária, mas, não obstante, apresenta características que fazem deste uma ferramenta útil no combate à gentrificação. Ao contribuir para a compreensão da relação do Programa BIP/ZIP com a gentrificação, o estudo dá um importante passo no estímulo à produção de conhecimento sobre possíveis interações entre políticas de base-comunitária e processos de gentrificação, oferecendo orientações para aprimorar as primeiras. O conhecimento gerado poderá, ainda, influenciar a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes na atuação em contextos urbanos que apresentam fenómenos de gentrificação.

Palavras-chave: gentrificação; turistificação; desalojamento; políticas públicas; políticas de base comunitária.

Abstract

Gentrification is a planetary phenomenon, whose effects have significant implications for local communities. This process is related to public policies, which can either promote or hinder gentrification. This ambiguity is, however, a topic that has been little examined, especially with regard to community-based policies. This study, developed in Mouraria, a central neighborhood of Lisbon, investigates the role of the BIP/ZIP Program in relation to gentrification. Findings indicate a potential ambivalence in the program, which seems to contribute to the promotion of gentrification on the one hand, while mitigating the negative effects of the process itself on the other. Interviews with project leaders and document analysis on the BIP/ZIP Program demonstrate that artistic and cultural practices integrate the logic of real estate valorization, while, in contrast, they can act positively against indirect displacement originated from gentrification. It is emphasized that the program can contribute to reduce critical and demanding stances from community-based organizations, although presenting characteristics that make it a useful tool to combat gentrification. By contributing to the understanding of the relationship between the BIP/ZIP Program and gentrification, the study takes an important step towards an in-depth understanding of the interactions arising between community-based policies and gentrification processes, and offers recommendations to improve them. New knowledge can hopefully influence more effective policies in urban contexts that undergo the effects of gentrification.

Keywords: gentrification; touristification; displacement; public policy; community-based policies.

Índice geral

| | |
|--|------|
| Dedicatória..... | i |
| Agradecimento..... | iii |
| Resumo..... | v |
| Abstract..... | vii |
| Índice geral..... | ix |
| Índice de figuras..... | xi |
| Glossário de siglas..... | xiii |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo 1 – Revisão de Literatura..... | 5 |
| 1.1. Gentrificação..... | 5 |
| 1.2. Desalojamento..... | 9 |
| 1.3. Gentrificação em Lisboa..... | 11 |
| 1.3.1. O Bairro da Mouraria..... | 14 |
| 1.4. Políticas públicas de base-comunitária e gentrificação..... | 17 |
| 1.5. O Programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP)..... | 19 |
| Capítulo 2 – Metodologia..... | 21 |
| 2.1. Contexto: Mouraria..... | 21 |
| 2.2. Instrumentos e Procedimentos de Recolha e Análise de Dados..... | 21 |
| 2.3. Definição e características da amostra..... | 24 |
| 2.3.1. Critérios de inclusão..... | 24 |
| 2.3.2. Caracterização da amostra..... | 24 |
| Capítulo 3 – Análise dos resultados..... | 27 |
| 3.1. Gentrificação..... | 27 |
| 3.2. Gentrificação na Mouraria..... | 28 |
| 3.3. Aspetos positivos..... | 28 |
| 3.4. Aspetos negativos..... | 29 |
| 3.4.1. Desalojamento direto..... | 29 |
| 3.4.2. Desalojamento indireto..... | 30 |
| 3.4.2.1. Comércio e organizações de base comunitária..... | 30 |
| 3.4.2.2. Ambiente..... | 31 |
| 3.4.2.3. Vida em comunidade..... | 31 |
| 3.5. Programa BIP/ZIP e gentrificação..... | 32 |
| 3.5.1. Contributos dos projetos..... | 33 |
| 3.5.2. Críticas ao Programa..... | 35 |
| 3.6. Análise documental – o Programa BIP/ZIP na Mouraria..... | 36 |
| Capítulo 4 – Discussão..... | 39 |
| Conclusão..... | 45 |
| Fontes..... | 47 |
| Referências bibliográficas..... | 49 |
| Anexos..... | 55 |
| Anexo A – Carta BIP/ZIP..... | 55 |
| Anexo B – Número de projetos por BIP (2011-2022)..... | 56 |
| Anexo C – Número de candidaturas aprovadas e não aprovadas no BIP da Mouraria (2011-2022)..... | 57 |
| Anexo D – Guião da entrevista..... | 58 |
| Anexo E – Declaração de consentimento informado..... | 59 |
| Anexo F – Projetos no BIP da Mouraria por temática e ano..... | 61 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 2.1 – Árvore temática. Fonte: elaboração própria..... | 23 |
| Figura 4.1 – Número de candidaturas por abrangência territorial (2011-2022). Fonte: elaboração própria..... | 36 |
| Figura 4.2 – Verbas totais e médias destinadas à Mouraria (2011-2022). Fonte: elaboração própria..... | 37 |
| Figura 4.3 – Dispersão das verbas totais e médias destinadas à Mouraria por projeto (2011-2022). Fonte: elaboração própria..... | 37 |
| Figura 4.4 – Candidaturas por temática (2011-2022). Fonte: elaboração própria..... | 38 |

Glossário de siglas

BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

CML – Câmara Municipal de Lisboa

GABIP – Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária

NRAU – Nova Lei do Arrendamento Urbano

OP – Orçamento Participativo

PA-QREN – Programa de Ação do Quadro de Referência Estratégica Nacional

PDCM – Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria

PDM – Plano Diretor Municipal de Lisboa

PLH – Programa Local de Habitação de Lisboa

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Introdução

A presente investigação procura responder à questão “*Qual o papel do Programa BIP/ZIP nos processos de gentrificação a ocorrer na Mouraria?*”. Esta surge no âmbito do estudo da relação, ainda pouco explorada no caso português, entre políticas públicas e gentrificação, mais concretamente das políticas públicas de base-comunitária.

A gentrificação é hoje um processo planetário, assumindo diferentes formas e protagonistas em geografias e temporalidades distintas (Lees *et al.*, 2016). Numa procura por definir o processo de forma holística, Shin *et al.* (2016) sugerem que se trata da “comodificação do espaço que acompanha mudanças de uso do solo de tal forma que produz desalojamento indireto/direto/simbólico dos utilizadores e proprietários existentes por grupos mais afluentes” (p. 248). A gentrificação é percecionada como uma questão da habitação, apresentando sérios desafios à permanência e acesso à mesma (Marcuse, 1985). No entanto, estudos mais recentes têm demonstrado um crescente interesse nas transformações do espaço público (Kim e Holifield, 2022; Tuttle, 2022), sugerindo que este tem implicações no bem-estar físico (Sánchez-Ledesma, 2020) e mental (Cocola-Gant, 2023) das comunidades dos bairros afetados, sobretudo as mais vulneráveis (Anguelovski *et al.*, 2019; Versey *et al.*, 2019).

O Estado, através da implementação de políticas públicas marcadamente neoliberais e de um planeamento *top-down* de estratégias de regeneração urbana, tem sido o principal motor da gentrificação (Lees e Ley, 2008; Mendes e Jara, 2018). Contudo, as políticas públicas são, também, uma forma eficaz de confrontar o processo (Ley e Dobson, 2008) e um dos principais mecanismos para prevenir o desalojamento, seja as suas formas diretas, através de políticas que incidam sobre os regimes de habitação e solos (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018), ou indiretas, através de políticas de empoderamento e bem-estar das comunidades (Ghaffari *et al.*, 2017). Entre estas últimas, é possível destacar as políticas de base-comunitária (Ghaffari *et al.*, 2017), cujas respostas são orientadas às necessidades das comunidades, envolvidas na formulação e implementação de medidas.

Lisboa, cidade resiliente à gentrificação até à chegada do novo milénio, viu o paradigma alterar-se após um período de crise financeira, o qual teve como estratégias centrais a promoção de políticas de liberalização do mercado imobiliário, a desregulação do arrendamento, e a atração de capital privado (Mendes, 2014; Mendes e Jara, 2018). Neste momento, a gentrificação está em expansão na cidade, com os bairros do centro histórico a serem os mais afetados, sendo o turismo, nomeadamente a proliferação de alojamentos de arrendamento de curta duração, a principal alavanca do processo (Franco e Santos, 2021; Gago e Cocola-Gant, 2019, Garha e Azevedo, 2021). Como consequências verificam-se, sobretudo, a especulação imobiliária e consequente dificuldade no acesso à habitação (Gago e Cocola-Gant, 2019). O fenómeno tem impacto no bem-estar dos residentes, que testemunham não só a erosão das suas redes sociais e ligação ao lugar, mas também a transformação do comércio local, que passa a servir novos públicos (Cocola-Gant, 2023; Guimarães, 2022).

Entre os bairros em transformação está a Mouraria. Situada no centro histórico lisboeta, é considerada um caso “paradigmático” de gentrificação (Tulumello e Allegretti, 2021), cujo gatilho foi a estratégia de regeneração urbana promovida pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) (Estevens *et al.*, 2019; Tulumello e Allegretti, 2021). É neste contexto de processo de regeneração que o Programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) – em diante Programa –, desperta especial atenção. Este programa promove uma regeneração de base-comunitária através da implementação de projetos locais, cujos efeitos podem ser perversos num contexto de transformações físicas e sociais promovidas por atores privados, pondo em causa o bem-estar dos residentes do bairro. No entanto, ao colocar as comunidades e outros agentes locais no centro da decisão e implementação dos projetos, parece reunir as características necessárias à mitigação dos efeitos dessas transformações.

A presente investigação tem como objetivo geral compreender como se relaciona o Programa BIP/ZIP com os processos de gentrificação da Mouraria, explorando o aparente carácter dicotómico deste instrumento como fonte de promoção ou de resistência ao processo. No sentido de contribuir para responder à questão de partida, servindo de linhas condutoras da investigação, foram desenvolvidos quatro objetivos específicos:

1. Caracterizar a gentrificação na Mouraria, e os seus efeitos;
2. Compreender a posição das entidades promotoras de projetos na Mouraria, no contexto do Programa BIP/ZIP, em relação à gentrificação;
3. Analisar como os projetos implementados na Mouraria interagem com a gentrificação;
4. Identificar potenciais mudanças no tipo de projetos implementados ao longo das diferentes edições do Programa BIP/ZIP em resposta à gentrificação.

A hipótese subjacente a esta investigação sugere que o Programa BIP/ZIP tem sido uma ferramenta útil para a mitigação dos efeitos negativos da gentrificação, dado o seu potencial enquanto facilitador da participação das comunidades na promoção de iniciativas de empoderamento e bem-estar. Considera-se que, ao adotar uma abordagem assente na comunidade e na promoção de projetos inclusivos, o Programa pode sugerir um modelo potencialmente eficaz para resistir aos efeitos negativos emergentes das transformações físicas, sociais e económicas promovidas pela gentrificação, sobretudo as formas indiretas de desalojamento, contribuindo, assim, para o bem-estar das comunidades locais.

Para uma abordagem extensiva à hipótese, o presente estudo será estruturado em cinco secções: (1) Revisão de Literatura, que começa por descrever a evolução do conceito de gentrificação, seguindo-se uma exposição sobre a sua principal consequência, o desalojamento. É, posteriormente, retratada a evolução da gentrificação em Lisboa, dando-se destaque ao bairro da Mouraria. Num terceiro momento, é abordada a relação de políticas públicas com a gentrificação, especialmente na resistência à mesma, sublinhando-se, neste âmbito, o potencial das políticas de base-comunitária. Por fim, é apresentado o Programa BIP/ZIP; (2) Metodologia, que apresenta o contexto, explana as técnicas aplicadas no presente estudo (entrevistas semiestruturadas e análise documental) e caracteriza as amostras; (3) Análise dos Resultados, onde são narrados detalhadamente os resultados das entrevistas e da análise documental; (4)

Discussão, onde é feita uma reflexão, com base na literatura, sobre os resultados obtidos, procurando interpretar e contextualizar os dados de acordo com o conhecimento existente; e, por fim, (5) Conclusão, que expõe uma síntese dos principais contributos da investigação, reflete sobre as suas limitações, e apresenta recomendações para investigações futuras, com base nas descobertas e lacunas identificadas.

Capítulo 1 – Revisão de Literatura

1.1. Gentrificação

Compreender o fenômeno da gentrificação é essencial para entender as transformações que ocorrem nas cidades e nos bairros. Este tem sido definido de diversas formas nas últimas décadas, período marcado por intensos debates e poucos consensos. Para os fins da análise apresentada neste trabalho, refere-se à proposta de Shin *et al.* (2016): “a comodificação do espaço que acompanha mudanças de uso do solo de tal forma que produz desalojamento indireto/direto/simbólico dos utilizadores e proprietários existentes por grupos mais afluentes” (p. 458). Esta é, porém, uma entre muitas e distintas definições apresentadas nas seis décadas de estudos.

O termo é cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964. Glass (1964) observou que inúmeros bairros operários em Londres vinham a ser “invadidos” pelas classes médias, cujo investimento e consequentes alterações no mercado imobiliário resultavam na expulsão gradativa dos ocupantes originais de classe trabalhadora. Porém, a história da gentrificação não nasce com o termo (Lees *et al.*, 2008; Osman, 2016), e aparenta ser a nova forma de um processo antigo de remoção de trabalhadores (Furtado, 2014). Marx descrevia, já em 1867, quase cem anos antes do termo ser cunhado, um fenômeno que se assemelha ao recente entendimento de gentrificação:

É evidente que as melhorias das cidades, que acompanham o progresso da riqueza e são realizadas mediante a demolição de bairros mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes casas comerciais etc., a ampliação de avenidas para o tráfego comercial e carruagens de luxo, a introdução de linhas de bondes urbanos etc., expulsam os pobres para refúgios cada vez piores e mais superlotados. (Marx, 2013, pp. 891-892)

Passados quase sessenta anos desde a introdução do termo, gentrificação é hoje um campo de estudo de pleno direito (Lees, 2018) em expansão, analisado através da lente das mais diversas áreas, como a geografia, estudos urbanos, economia, sociologia, serviço social e saúde pública (Thruher e Krings, 2021). Nos primeiros anos, até finais da década de 1970, o grosso da literatura focava-se nos efeitos da gentrificação, assente no empirismo, através de análises descritivas de alterações físicas e sociais que ocorriam em determinados bairros das cidades. As alterações eram vistas como resultado de atividades individuais, ignorando dinâmicas estruturais anteriores (Mendes, 2018), dando origem ao debate do qual emergiram os dois grandes quadros teóricos sob os quais assentam as análises contemporâneas do processo (Mathema, 2015; Mendes, 2018; Redfern, 1997; Yeom e Mikelbank, 2019). Este debate centrado na identificação dos fatores causais da gentrificação tem, por um lado, uma abordagem económica baseada na produção, defendida por Neil Smith e, por outro lado, uma abordagem assente no consumo, que privilegia fatores culturais e que tem em David Ley a sua principal referência.

Neil Smith, geógrafo escocês de inspiração marxista, considera a gentrificação um “produto estrutural do mercado fundiário e imobiliário” (Smith, 1979, p. 546), envolvendo, além de uma mudança

social, uma transformação física dos bairros do centro da cidade, resultante de um intenso influxo de capital privado e de proprietários e inquilinos de classe média (Smith, 1996). Neste sentido, Smith apresenta a sua tese do *rent gap*, que consiste na inadequação entre o potencial retorno económico de um edifício ou solo e os ganhos efetivos do uso atual. Smith argumenta que a desindustrialização do centro da cidade resultou na sua desvalorização, aumentando a diferença entre o seu valor potencial – devido à localização central – e o seu valor atual. Segundo o autor, este *rent gap* é estreitado pelo influxo de capital de investidores que, antevendo largas margens de lucro, procedem à requalificação¹ de edifícios, conduzindo à especulação imobiliária (Mendes, 2014, 2018; Smith, 1979). A tese do *rent gap* representa um dos temas mais debatidos em todo o estudo da gentrificação e, apesar de envolver conceitos dificilmente mensuráveis empiricamente, como “renda fundiária capitalizada” ou “renda fundiária potencial”, (Lees *et al.*, 2008, pp. 59 e 61), contribui ainda hoje para explicar as “geografias da gentrificação” (Mendes, 2014, p. 493).

Enquanto Smith argumentava que o investimento de capital e consequentes alterações estruturais no mercado imobiliário eram a força motriz da gentrificação, David Ley, geógrafo galês, vem sublinhar a importância dos valores e preferências culturais daquilo a que chama “nova classe média” (Ley, 1994). Segundo o autor, a alteração à estrutura ocupacional da cidade pós-industrial, com o crescimento e concentração dos setores terciário e quaternário no centro das cidades em detrimento de uma indústria manufatureira que foi migrando progressivamente para os subúrbios, é um importante fator explicativo da gentrificação (Ley, 1981). De acordo com Ley, os trabalhadores de colarinho branco que começam a chegar aos centros das cidades, não só têm um maior poder aquisitivo, como apresentam padrões de consumo distintos dos tradicionais trabalhadores de colarinho azul, tanto a nível de comodidades (restaurantes ou galerias de arte, por exemplo) quanto a nível do local em que preferem viver (Ley, 1994; Kern, 2022; Mathema, 2015). Para esta nova classe média, viver no centro da cidade, mais do que uma conveniência, “é constitutivo de um estilo de vida urbano” (Ley, 1994, p. 69).

Ambas as teses, embora distintas, desempenharam um papel importante na compreensão da gentrificação. Presentemente, todas as tentativas satisfatórias de explicar as causas do processo bebem das teorias de Smith e Ley, sendo que as explicações alternativas que não incorporaram referências cruzadas a estas teses acabaram por malograr (Hamnett, 1991; Mendes, 2015). Não obstante, segundo Hamnett (1991), ambas as teorias conseguiram visualizar apenas parte do “elefante da gentrificação” (p. 175), emergindo a necessidade de uma “teoria integrada da gentrificação” que tornasse complementares as duas visões, conciliação que foi procurada por destacados autores como Sharon Zukin, Loretta Lees e Hamnett (Atkinson e Bridge, 2005).

No início dos anos 90, Bourne (1993) argumenta que a gentrificação é um fenómeno transitório e que aquela década representaria o início de uma era de pós-gentrificação. No entanto, contrariando a

¹ Smith (1996, p. 30) defende que termos como “revitalização” ou “renovação” são utilizados para mascarar e branquear os efeitos negativos que a gentrificação tem na classe trabalhadora.

sua previsão do fim próximo da gentrificação, o processo tornou-se global (Atkinson e Bridge, 2005; Smith, 2002), ou planetário (Lees *et al.*, 2016), atingindo novas geografias. Associados inicialmente a bairros centrais das principais cidades anglo-americanas, processos de gentrificação expandiram-se ao resto do mundo. Smith (2002) destacava, no início do milênio, a ocorrência do fenômeno em países da Ásia, Europa de Leste, América do Sul, Caraíbas e África, rompendo com a ideia clássica de que a gentrificação era um processo exclusivo dos países mais desenvolvidos do norte global. Deixou, também, de se verificar unicamente dentro dos centros históricos das cidades, movendo-se para áreas urbanas periféricas e, ainda, para áreas rurais (Davidson e Lees, 2005).

Hackworth e Smith (2001) dividem e periodizam as transformações da gentrificação em três vagas. A primeira vaga diz respeito a uma gentrificação esporádica, concentrada em bairros centrais desvalorizados de cidades do Nordeste norte-americano e da Europa ocidental, que era, não raras as vezes, financiada pelo setor público. Após a recessão da década de 1970, o mercado passa a ser a força dominante em detrimento do Estado e a gentrificação assume uma forma de *laissez-faire*. Na segunda vaga, a gentrificação expande-se geograficamente para novas zonas da cidade, países e esferas, como a comercial e cultural. Por fim, a terceira vaga, muitas vezes referida na literatura como “*state-led gentrification*” ou “gentrificação generalizada” ocorre após nova recessão, no início dos anos 90. A gentrificação expande-se para fora do centro das cidades, verificando-se em bairros periféricos e em áreas rurais. O Estado passa a ter um papel mais interventivo, promovendo ativamente a gentrificação. Segundo Aalbers (2022), “a terceira vaga de gentrificação é sobre como as autoridades locais e o Estado utilizam os seus poderes regulatórios e financeiros para permitir – e, na verdade, para aumentar – os lucros obtidos pelos investidores privados” (p. 34). Smith (2002), explica que a gentrificação evoluiu para uma “estratégia urbana global” inserida numa mais ampla política econômica neoliberal. Ainda neste sentido, Mendes e Jara (2018) explicam as transformações da seguinte forma:

O que era causal, marginal e local passa a ser sistemático e é verdadeiramente global para todas as regiões do planeta, assumindo uma dimensão estratégica na cena do urbanismo neoliberal contemporâneo (Smith, 2005, 2009), no sentido de um urbanismo muito mais orientado para o mercado e, portanto, afetado por filosofias baseadas na promoção do consumo, na competitividade entre cidades e na privatização, no sentido de um maior protagonismo dos atores privados no processo de planejamento e produção da cidade. (p. 773)

Lees *et al.* (2008) sugerem a ocorrência de uma quarta vaga exclusiva dos Estados Unidos da América (EUA) que “combina uma intensificação da financeirização da habitação com a consolidação de uma política pró-gentrificação e políticas urbanas polarizadas” (p. 179). Aalbers (2022), que considera que esta quarta vaga representa, na sua essência, o acréscimo da financeirização da habitação à terceira vaga, defende, por sua vez, a existência de uma quinta fase, continuação das anteriores, em que o papel do Estado na promoção da gentrificação é suplementado pela finança.

As mudanças espaciais e temporais emergentes, em grande medida, da globalização e expansão das fronteiras² da gentrificação, acentuam o carácter mutável do processo (Shin e López-Morales, 2022) e, conseqüentemente, a fluidez do termo (Lees *et al.*, 2008). A extensa produção académica desenvolvida no último meio século resultou na ampliação do conceito de gentrificação, que se foi progressivamente distanciando da conceção inicial apresentada por Glass. Na década de 1980, Rose (1984) demonstrava já apreensão pelo facto de gentrificação se estar a tornar um “conceito caótico” e inoperável. Esta preocupação foi partilhada por autores como Bondi (1999), que sugeriu a desintegração do termo. Mais recentemente, Maloutas (2012) protagonizou um ataque à elasticidade do termo, argumentando que a gentrificação é “dependente da causalidade contextual” e que a tentativa de aplicar este conceito, tão enraizado nas metrópoles anglo-saxónicas, a realidades distintas representa, não só, uma “perda de rigor analítico” (p. 34), mas também “colonialismo intelectual” (Wyly, 2022, p. 11).

Shin e López-Morales (2022) consideram esta visão de gentrificação “fossilizada” (p. 19). Estes argumentam que o termo se pode alterar no tempo e no espaço “da mesma forma que qualquer outro fenómeno social associado à natureza mutável do capitalismo sofre mutações” (p. 18) e apontam que o conceito começou a evoluir corria ainda as primeiras décadas de investigação em cidades anglo-americanas. Wyly (2022) partilha esta visão e defende a “essência evolucionária” (p. 15) da gentrificação, sugerindo que se deixe de olhar para a “definição de Ruth Glass como escrituras” (p. 12). Hoje, da conceção ampla e elástica de gentrificação, considerada um processo mutável no espaço e no tempo, surgiram, naturalmente, novos termos para a explicar e descrever (Lees *et al.*, 2008): “estudantificação” (Smith, 2005), “gentrificação turística” (Gotham, 2005), “gentrificação rural” (Parsons, 1980), “supergentrificação” (Lees, 2000), entre outros. Esta abrangência contextual do termo dificulta a apresentação de uma definição de gentrificação de consenso universal (Bhavsar *et al.*, 2020). Davidson e Lees (2005) defendem que a tentativa de definir gentrificação deve conter quatro características: “(1) reinvestimento de capital; (2) melhoria social do local por grupos com rendimentos elevados; (3) mudança da paisagem; e (4) desalojamento direto ou indireto de grupos com rendimentos reduzidos” (p. 1170).

Perante as definições apresentadas pelos autores referidos nesta secção, deduz-se que a principal consequência da gentrificação é o desalojamento. Por ser um fenómeno central nos processos de gentrificação, com forte impacto na sustentabilidade e resiliência de bairros, e com efeitos no bem-estar físico e mental das suas comunidades, é um elemento-chave deste estudo, apresentando-se um enquadramento teórico de desalojamento nas suas mais diversas manifestações.

² Expressão usada metaforicamente por Neil Smith (1986). Procura, como explica Mendes (2015), estabelecer um paralelo entre o avanço da fronteira sobre os territórios ocupados pela população indígena durante a colonização dos EUA e o desalojamento provocado pela gentrificação. Segundo o autor, o estabelecimento de uma fronteira é sempre um ato político e implica uma dialética de poder entre dominados e dominantes. O seu avanço, ou seja, expansão para áreas nunca antes atingidas pelo fenómeno, “representa opressão e violência simbólica sobre diversas comunidades e bairros” (Mendes, 2015, p. 210).

1.2. Desalojamento

O conceito de desalojamento tem sido foco dos debates contemporâneos da geografia humana, sendo usado para descrever processos de desapropriação e despejos forçados numa variedade de contextos e escalas (Elliott-Cooper *et al.*, 2019). É, também, um elemento caracterizador da gentrificação desde o momento em que o termo foi cunhado por Ruth Glass (1964), referindo-se, na visão da autora, à expulsão da classe trabalhadora para dar lugar à entrada das classes-médias. Este fenómeno foi identificado como o principal resultado negativo da gentrificação (Baeten *et al.*, 2017), cimentando-se na sua conceção clássica como a “deslocação residencial involuntária relacionada com a habitação” (Marcuse, 1985, p. 205).

A definição de desalojamento viria a ser aprofundada por Marcuse (1985), que considerava necessário muni-la com os conceitos de “desalojamento por exclusão” e “pressões de desalojamento”. O autor conceptualizou quatro tipos de desalojamento, combinando processos económicos, sociais e culturais: (1) “desalojamento direto do último residente” que pode ser físico (p. ex. assédio por parte do proprietário) ou económico (p. ex. aumento de renda), e sugere que o desalojamento deve ser pensado em relação ao último ocupante de uma residência; (2) “desalojamento direto em cadeia”, sugerindo um processo gradual num contexto de mudanças a longo termo; (3) “desalojamento por exclusão” que se refere àqueles que não conseguem aceder a uma habitação por esta ter sido gentrificada ou abandonada; e (4) “pressões de desalojamento”, referente a um desalojamento emocional sofrido pelos moradores durante o processo de transformação do bairro que o torna cada vez menos habitável e que resultará, muito provavelmente, na saída dos antigos residentes. São exemplo de pressões a saída de amigos do bairro, o desaparecimento de lojas e serviços públicos, a alteração dos padrões de transporte público e o surgimento de lojas para novas clientela. O contributo de Marcuse demonstrou que o desalojamento não se reduz necessariamente ao momento em que o residente sai fisicamente de casa, mas antes pode ocorrer a diferentes velocidades (Elliott-Cooper, 2019) e ser indireto, sugerindo, ainda que não explicitamente, uma componente emocional/simbólica (Valli, 2020).

No início dos anos 90, a relação entre gentrificação e desalojamento é posta em causa (Davidson, 2009). Hamnett (1991, 2003) argumenta que o fenómeno observado se trata, muitas vezes, não de um desalojamento, mas da “substituição” de uma classe trabalhadora em contração, por uma classe-média em expansão. A investigação quantitativa de Freeman e Braconi (2004) feita em dois bairros de Nova York reforça este argumento demonstrando que pessoas que vivem em bairros gentrificados da cidade apresentam menor tendência em sair do bairro do que aqueles que vivem em bairros não-gentrificados. Ainda neste sentido, McKinnish *et al.* (2008) argumentam que existe pouca evidência de desalojamento de famílias não-brancas de bairros gentrificados entre 1990 e 2000. Estas tentativas de negar a relação entre desalojamento e gentrificação despoletaram, além de um intenso debate sobre a natureza do desalojamento (Baeten *et al.*, 2017), uma série de contra-argumentos (Newman e Wyly, 2006). Parte destes assentaram na conceptualização de Marcuse, cuja vertente mais original – as formas indiretas de

desalojamento – foi esquecida por aqueles que separam os dois fenómenos, ignorando que a permanência de residentes da classe trabalhadora, não significa que não estejam a experienciar pressões de desalojamento (Slater, 2006).

A literatura aponta que as consequências da gentrificação para os grupos de baixo-rendimento continuam a ser um tema pouco explorado (Elliott-Cooper *et al.*, 2019) e que o desalojamento pode ser descrito como o “lado escuro” da gentrificação (Beaten *et al.*, 2017, p. 16), apelando-se a uma investigação mais detalhada sobre as diferentes formas do fenómeno. Esta realidade pode ser explicada em parte pelas dificuldades metodológicas existentes na deteção do desalojamento, mais propriamente na distinção entre saídas forçadas e voluntárias (Davidson e Lees, 2005; Elliott-Cooper *et al.*, 2019). Não obstante, tem-se procurado estabelecer uma conceptualização mais rigorosa de desalojamento que seja fiel às novas formas que assume no mais recente contexto da gentrificação planetária. Inspirando-se na noção de “pressões de desalojamento” de Marcuse (1985), e seguindo o exemplo dos trabalhos promovidos por Newman e Wyly (2006) e Slater (2006) aquando do debate sobre a relação entre gentrificação e desalojamento, tem existido uma tentativa de colocar a experiência dos residentes que ficam no bairro, até então bastante invisibilizados, no centro da investigação sobre desalojamento. De facto, como apontam Clark *et al.* (2015) sair é um evento relativamente raro, sendo a prática mais comum ficar, usualmente à custa de qualidade de vida e bem-estar, que se vão diluindo com o desaparecimento de espaços e serviços públicos, do comércio tradicional ou de pessoas próximas (Newman e Wyly, 2006; Atkinson, 2015). A literatura sobre gentrificação tem-se referido a este fenómeno como “desalojamento indireto”, ou seja, a forma como as alterações sentidas num bairro afetam os residentes a longo-prazo (Cocola-Gant, 2023).

De acordo com Davidson e Lees (2010), uma conceptualização de desalojamento que não inclua um aspeto espacial e temporal é desajustada, sendo estes necessários para compreender a “violência lenta³” (Kern, 2022) causada pela transformação do bairro e as implicações que estas terão a longo-prazo na vida dos antigos residentes, que vai sendo progressivamente dificultada. Neste sentido, Elliott-Cooper *et al.* (2019) sublinham a pertinência da conceptualização de desalojamento como um “processo de *un-homing*”, sugerida por Atkinson (2015), uma vez que combina desalojamento físico e psicológico e permite reconhecer a “perda de lugar” (Davidson, 2009) associada à gentrificação. Segundo os autores, este processo “corta os laços entre os residentes e as comunidades a que pertencem” em dimensões como a financeira, social, familiar ou ecológica (Elliott-Cooper *et al.*, 2019, p. 3). No sentido de melhor compreender esta componente emocional do desalojamento, revela-se de grande pertinência o conceito de “*place-based displacement*”⁴ que, segundo Cocola-Gant (2023), relaciona dois sentimentos de perda

³ “*Slow violence*” no original.

⁴ Cocola-Gant assenta a sua conceptualização em contributos da psicologia do espaço, que defendem que o lugar é um espaço inerentemente definido pelas conexões emocionais estabelecidas pelas pessoas com este ao longo do tempo (Devine-Wright, 2009), e representa um importante pilar no bem-estar e existência humana (Relph, 1976 como citado em Cocola-Gant, 2023). Fullilove (1996) descreve lugar como “a soma dos recursos e relações humanas numa dada localização” (p. 1518), salientando a importância da vida em comunidade.

que se reforçam mutuamente: (1) perda material, referente a recursos e instalações como comércio, serviços, redes sociais ou espaços públicos essenciais ao bem-estar dos residentes; e (2) perda emocional, resultante da primeira e que se expressa através frustração ou desespero. Cocola-Gant (2023) define este processo como a “alteração de um ambiente familiar que essencialmente desaloja as pessoas dos lugares a que estão emocionalmente e materialmente ligadas, causando, por sua vez, descontentamento com a área em que residem” (p. 3). Na sua investigação conduzida em Barcelona, o autor demonstra que as alterações no bairro Gòtic causadas pela turistificação⁵ têm desintegrado os lugares aos quais as pessoas pertencem e estão dependentes no dia-a-dia, resultando na disrupção do seu emocional. O autor verificou que as transformações do bairro (espaço público, comércio, barulho e perda de vida em comunidade) são um dos motivos pelos quais este tem vindo a ser abandonado, com vários residentes a relatar privações de saúde mental e um contante estado de angústia e raiva. Outros estudos confirmam o impacto que o desalojamento tem na saúde mental, mas também física (Sánchez-Ledesma, 2020), acrescentando, ainda, que este não é uniforme em todas as populações (Bhavsar *et al.*, 2020). Pessoas de baixo rendimento, idosos e imigrantes são mais vulneráveis aos efeitos do desalojamento, não só no plano da saúde, mas na precariedade, insegurança e ligação emocional ao lugar (Anguelovski *et al.*, 2019; Bhavsar *et al.*, 2020; Guimarães, 2022; Versey *et al.*, 2019).

1.3. Gentrificação em Lisboa

A expansão das fronteiras da gentrificação, tal como ocorreu em outras cidades do sul da Europa, como Barcelona ou Veneza, tem-se manifestando com especial intensidade em Lisboa (Mendes e Jara, 2018). Lisboa demonstrou ser, até finais do século XX, muito resiliente à gentrificação, fenómeno explicado pela importância acrescida atribuída pelo Estado à política de reabilitação urbana entre as décadas de 1970 e 1990 (Mendes, 2014), materializando-se em sucessivos programas destinados à melhoria das condições de habitabilidade dos residentes, que serviram como “travão às forças da gentrificação” (Mendes e Jara, 2018, p. 775). Ademais, a política de controlo de rendas estabelecida em Lisboa em 1948 resultou num congelamento de rendas que se estendeu às décadas seguintes, e que permite que algumas das atuais se mantenham reduzidas, impedindo ou dificultando o despejo de arrendatários e a consequente libertação de fogos. Como consequência direta, verificou-se, por um lado, uma imobilidade habitacional, em que aqueles que viviam no centro da cidade se mantiveram, e, por outro, uma

Segundo a autora, processos psicológicos como a familiaridade (conhecimento cognitivo pormenorizado do meio envolvente, que confere um sentimento de segurança), “*place attachment*” (ligação entre o indivíduo e o lugar), e identidade do lugar (sentido de si próprio tendo por referência os locais que frequenta no quotidiano) constituem o sentimento inato de pertença a um lugar e são ameaçados pelo desalojamento. Fullilove (2016) explica que as transformações de um bairro podem resultar num “*root shock*”, ou seja, uma “reação de stress traumático à destruição de todo ou parte do ecossistema emocional de uma pessoa”, aumentando o risco de doenças que vão desde a depressão e luto até ataques cardíacos.

⁵ Barata-Salgueiro *et al.* (2017) definem “turistificação” como um “processo baseado na mudança causada pelo aumento do volume de turistas que visitam um determinado lugar” (p. 258), e cujo impacto se faz sentir em pelo menos um de três domínios: alojamento, infraestrutura e espaço público.

deslocação para a periferia daqueles – sobretudo jovens e imigrantes – que procuravam um alojamento mais moderno. Registou-se, ainda, um aumento de edifícios devolutos e um acelerar da degradação do parque habitacional lisboeta (Mendes e Jara, 2018), desvalorização que contribuiu para um inevitável alargamento do *rent gap* no centro histórico da cidade.

O processo de gentrificação ocorrido em Lisboa até início do século XXI era designado de “gentrificação pioneira” ou “embrionária”, assim batizado por se encontrar num estágio inicial, apresentando um crescimento lento e uma manifestação modesta e fragmentada, praticamente indetetável em dados estatísticos e limitada a alguns apartamentos ou quarteirões de bairro (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017, p. 258; Mendes e Jara, 2018, p. 776). Não obstante, Rodrigues (2008) afirma, naquele que foi o estudo sobre gentrificação mais ambicioso e completo feito em Portugal à época, que Lisboa apresenta, “pelo menos desde meados da década de 1980, sinais de nobilitação⁶ em algumas áreas urbanas” (p. 256), sugerindo um processo de gentrificação já em evolução e com várias formas. O Bairro Alto representa um exemplo de uma das primeiras áreas sobre as quais se fez sentir esta gentrificação marginal. Mendes (2006) analisou as transformações demográficas e socioculturais que se deram com a chegada de novos moradores – os *gentrifiers* – ao bairro, observando as alterações nas dinâmicas sociais existentes e nas formas de alojamento, das quais emergiram “enclaves socialmente dissonantes” (p. 76).

Para Mendes (2014), o início do século XXI foi marcado pela adoção de um quadro de referência neoliberal e representou um momento fulcral na política urbana de reabilitação em Portugal, agora mais orientada para o mercado, cujos protagonistas são atores privados e em que se promove o consumo e competitividade entre cidades. A viragem neoliberal culminou com a aprovação da Nova Lei do Arrendamento Urbano (NRAU), em 2012 (Mendes e Jara, 2018).

De facto, a crise financeira de 2008, que atingiu Portugal com especial intensidade em 2010, é vista como um ponto de viragem na relação do Estado com o setor da habitação (Pinto, 2020). Como reação a esta, verificou-se uma alteração político-ideológica na orientação da intervenção estatal, que foi perdendo progressivamente preponderância para um mercado habitacional cada vez mais liberalizado. Considerou-se que para contrariar os efeitos da crise seria necessário atrair turistas e captar investimento estrangeiro (Estevens *et al.*, 2023) e, neste sentido, procedeu-se à liberalização e desregulação do mercado de arrendamento, em linha com a “financeirização” da habitação (Rodrigues *et al.*, 2016) que já se fazia sentir, e que tem no NRAU um dos seus principais motores⁷. A lei, de acordo com Mendes (2014), trata-se de um diploma que tem como principal objetivo a extinção de contratos de arrendamento

⁶ Expressão adotada por alguns dos primeiros estudos sobre gentrificação em Portugal para retratar o “processo de requalificação ou *upgrade* social e urbanístico” implícito na expressão inglesa “*gentrification*”.

⁷ Outras medidas emblemáticas da época foram, a nível nacional, o Regime Fiscal Especial para Residentes Não-Habituais, de 2009, e o Programa Vistos Gold, de 2012, para a captação de investimento estrangeiro; ou, a nível local, a reformulação de 2012 do Plano Diretor Municipal de Lisboa, que liberalizou o solo urbano e facilitou a exploração do *rent gap* existente pelo capital imobiliário (Mendes e Jara, 2018), e, como tal, abriu caminho para a turistificação da cidade (Estevens *et al.*, 2023).

anteriores à década de 1990, sem que sejam garantidos os direitos dos inquilinos. Ainda segundo o autor, o desalojamento emergiu como marca do NRAU, uma vez que este prevê um mecanismo de atualização de rendas que permite valores desproporcionais e inoportáveis para os arrendatários de baixo estatuto socioeconómico. Com a maior facilidade em pôr termo ou opor-se à renovação de contratos de arrendamento, e através da eliminação do tempo mínimo para a duração dos mesmos, foram abertas portas ao crescimento do arrendamento de curta duração (Gago e Cocola-Gant, 2019; Santos, 2019).

O significativo crescimento do turismo, a internacionalização do mercado imobiliário português e a consequente consolidação da indústria de reabilitação urbana, empurraram Lisboa para um novo estágio de gentrificação. Se esta era antes lenta e intermitente, expande-se agora rápida e agressivamente (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017). O grosso da literatura sugere que Lisboa atravessa hoje um processo de gentrificação que tem por base uma intensa turistificação, acelerada pela proliferação de arrendamentos de curta duração (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017; Gago e Cocola-Gant, 2019; Mendes e Jara, 2018; Mendes, 2020). À sobreposição no tempo e no espaço dos processos de gentrificação e turistificação, tem sido aplicado, ainda que não de forma pacífica (*vide* Sequera e Nofre, 2018), o conceito “gentrificação turística”. De acordo com Cocola-Gant (2018), em economias periféricas, como é o caso da portuguesa, o “turismo tem um papel crucial na produção e consumo do espaço e resulta em diferentes formas de desalojamento” (p. 289), razão pela qual deve ser visto como uma forma de gentrificação. Nestes casos, os processos de turistificação e gentrificação coexistem e são indistinguíveis, estando muitas vezes interligados e alimentando-se mutuamente (Mendes, 2017a). Assim, baseando-se em Gotham (2005), criador do conceito, e aplicando a Lisboa, Mendes (2017a) define gentrificação turística como:

a transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico (como, por exemplo, apartamentos turísticos e arrendamento de curta duração – short rental), que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial, esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconómico de aceder a habitação nessas áreas. (p. 491)

Gago e Cocola-Gant (2019) sublinham a centralidade que os alojamentos de arrendamento de curta duração têm na promoção da gentrificação turística em bairros históricos. Este tipo de alojamento tem sido um tema recorrente na literatura sobre gentrificação em Lisboa. Lestegás *et al.* (2019) demonstram a concentração espacial destes alojamentos no centro histórico de Lisboa e a distribuição desigual destes apartamentos no município. Franco e Santos (2021) indicam que o aumento do preço da habitação como consequência da concentração de alojamentos de curta duração é superior no centro histórico e áreas turísticas. Garha e Azevedo (2021) destacam a proliferação destes alojamentos nas áreas residenciais centrais próximas de atrações turísticas, e realçam que estas zonas não recebem um aumento

significativo de turistas, mas sofrem com os efeitos da turistificação no comércio local e serviços públicos, aprofundando as desigualdades espaciais.

O desalojamento direto de residentes, bem como por exclusão, têm sido apontados como as principais consequências das mudanças dos usos do edificados e dos solos (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017; Gago e Cocola-Gant, 2019). Ademais, fica ainda patente o *place-based displacement*. Este manifesta-se através da sensação de perda de lugar, resultado da desintegração de redes de vizinhança e de apoio, de alterações à identidade do bairro, do desaparecimento ou transformação do comércio – que passa a servir públicos diferentes –, ou da coexistência de distintos modos de estar (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017; Garha e Azevedo, 2021; Pavel, 2015). Daqui emergem frequentemente sentimentos adversos como frustração, isolamento ou vulnerabilidade (Gago e Cocola-Gant, 2019).

A questão da gentrificação é, atualmente, um tema incontornável em Lisboa, podendo adotar ainda outras formas – “*slum gentrification*” (Ascensão, 2015), “gentrificação por nova construção” (Pereira, 2017) ou “gentrificação comercial” (Guimarães, 2018, 2022) – ou abranger territórios que extravasam o centro histórico (*vide* Baraldi, 2021; Estevens e Carmo, 2023, Martinho, 2019; Mendes e Jara, 2018). Esta realidade demonstra que, também em Lisboa, as fronteiras da gentrificação estão em rápida expansão.

1.3.1. O Bairro da Mouraria

Um dos casos mais evidentes do processo de gentrificação que ocorre em Lisboa é o da Mouraria, que num curto espaço de tempo deixou de ser considerado um caso “desviante” (anos de crise) e passou a ser visto como “paradigmático” (anos pós-crise) de transformação urbana (Tulumello e Allegretti, 2021).

A Mouraria tem origem no século XII, mais concretamente nos anos que se seguiram à conquista cristã da cidade (Malheiros *et al.*, 2012). Nascida multicultural como um espaço extra-muralhas habitado por muçulmanos, moçárabes e judeus, a Mouraria é, ainda hoje, um bairro conhecido pela grande diversidade social e cultural (Moya e Batista, 2016). As suas ruas estreitas e labirínticas estendidas por duas colinas foram acolhendo, ao longo das últimas décadas, várias vagas de imigração: primeiramente na década de 1970 com a chegada de pessoas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e, mais recentemente, de imigrantes de países asiáticos como a China, o Bangladesh, o Paquistão ou o Nepal (Malheiros *et al.*, 2012).

Durante as décadas de 1990 e 2000 reforçou-se uma imagem de marginalidade associada à Mouraria, considerada perigosa – onde fenómenos como a prostituição, o tráfico e consumo de drogas e população em condição de sem-abrigo eram recorrentes –, e vista como uma fronteira urbana no meio das zonas mais turísticas e vibrantes da cidade: Baixa, Castelo e Graça (Tulumello, 2015). Em 2008, este bairro estigmatizado, envelhecido e com um edificado e espaço público deteriorados tornou-se bandeira da estratégia de regeneração urbana do executivo municipal de Lisboa (Tulumello e Allegretti,

2021), simbolizado pela instalação, em 2011, do gabinete do então presidente da CML, António Costa, no Largo do Intendente.

Neste contexto, foram difundidas diversas ações de regeneração urbana no território com o objetivo de requalificar o espaço público, estimular o empreendedorismo e o turismo, e melhorar os serviços prestados às populações, sobretudo as mais vulneráveis (Tulumello e Allegretti, 2021). Entre as várias políticas implementadas destacam-se o Programa de Ação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (PA-QREN), o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM), e a Estratégia BIP/ZIP. A estas, associou-se a “valorização sociocultural, das artes, da identidade e da memória”, inserida numa estratégia de *city branding*, que instrumentaliza símbolos populares, como o fado e as marchas, ou “imaginários exóticos e folclóricos” (Estevens e Carmo, 2023, p. 179) associados às comunidades migrantes, a fim de acelerar o processo de regeneração urbana e atrair turistas (Estevens, 2017).

Esta combinação de políticas, à qual acresce a liberalização do mercado imobiliário, estímulo à entrada de capital estrangeiro e promoção do turismo, é vista como a pedra angular do atual processo de gentrificação, densificado pela turistificação, da Mouraria (Estevens *et al.*, 2019; Moya e Batista, 2016; Tulumello e Allegretti, 2021). No entanto, este é um processo que aparenta ter-se desenvolvido a dois ritmos: mais lentamente, durante os anos da crise (2009-2014), em que os efeitos da gentrificação são residuais; e mais vorazmente no pós-crise, desde 2015, com as consequências da gentrificação a serem sentidas intensamente (Tulumello e Allegretti, 2021).

No período da crise, o processo em curso era visto como um caso de gentrificação marginal, fase embrionária do fenómeno que consiste na entrada de novos moradores, sobretudo jovens indivíduos com pouco capital económico, mas com capital cultural elevado (Malheiros *et al.*, 2013), como artistas e estudantes, atraídos pelas rendas baixas e ambiente autêntico (Estevens *et al.*, 2019). Bettencourt e Castro (2015) referem-se ao mesmo processo como “gentrificação de pequena escala⁸” (p. 26), sublinhando que ocorre em zonas específicas do bairro. Esta gentrificação marginal não é, no entanto, exclusiva desta época. Menezes (2011) alude a dinâmicas de recomposição social relacionadas com um processo de reabilitação urbana no bairro desde meados da década de 1980, sobretudo em ruas mais largas perto do núcleo e da zona do Castelo de São Jorge, onde indivíduos jovens, com maior escolaridade e recursos, se instalaram em fogos reabilitados. Já em 1992, Branco (como citado em Menezes, 2011) havia feito esta constatação, relacionando a reabilitação urbana com a chegada de uma população mais jovem e endinheirada – portuguesa, mas não só –, que se instalava na parte alta do bairro. Esta visão de um processo lento e esporádico não foi consensual. Stevens *et al.* (2019), num artigo sobre a gentrificação no Largo do Intendente, argumentam que o espaço passou por profundas mudanças promovidas pelo Estado, através de políticas públicas que se apoiaram nas artes e cultura, e que não deixaram o restante bairro incólume.

⁸ “*Small-scale gentrification*” no original.

Ainda no mesmo período, Tulumello (2015) refere-se à Mouraria como um “caso desviante”, capaz de se aproveitar de políticas neoliberais de regeneração urbana para manter a diversidade social e a maioria dos antigos residentes, sublinhando as características físicas e demográficas do bairro e o papel das novas associações de base-comunitária como possíveis explicações do fenómeno. Segundo o autor, o grande número de habitações devolutas permitiu a chegada de novos moradores sem que houvesse uma significativa competição com os antigos, não se verificando um grande aumento das rendas, nem fenómenos de exclusão ou desalojamento.

A tendência altera-se em 2015, ano que simboliza o fim da austeridade, e em que Lisboa transita para “cidade global” (Tulumello, 2022, para. 6). Se até à data a regeneração urbana era tida como positiva numa dimensão física, a nível de requalificação de espaços, de edificado ou recolha de lixo, e noutra socioeconómica, pela abertura de novos espaços de lazer, novos negócios que potenciavam o emprego, e programação cultural (Mendes *et al.*, 2016), esta visão depressa se alterou. O Largo do Intendente, considerado um caso de sucesso, está novamente abandonado (Lemos, 2023). Os gentrificadores marginais que aí se tinham inicialmente instalado, colaborando para a “higienização” e criação de valor simbólico, contribuíram para a valorização imobiliária do lugar, resultando no seu próprio desalojamento (Estevens *et al.*, 2019). Nos últimos anos, antigas e novas instituições foram despejadas, com a última sobrevivente, a Casa Independente, a anunciar que irá fechar portas entre o fim de 2025 e o início de 2026 (Blitz, 2023).

Para Tulumello e Allegretti (2021), esta viragem é explicada pela consolidação do turismo e entrada de capital estrangeiro, produtos das políticas de austeridade. O bairro tornou-se um espaço de intervenções imobiliárias de luxo, e o ambiente passou a ser moldado pelo turismo, sobretudo pelo alojamento local (Carneiro e Baraldi, 2017). O arrendamento de curta duração, praticamente residual em 2013, em 2019 passou a representar 20% do parque habitacional da área circundante da Rua das Olarias, uma das principais do bairro (Tulumello e Allegretti, 2021). Considerando o caso da Mouraria análogo ao de Alfama, esta transformação ajuda a explicar o esvaziamento do arrendamento de longa duração e os casos de desalojamento que daí advêm (Cocola-Gant e Gago, 2019). Ademais, os preços da habitação dispararam, ultrapassando largamente a média da cidade (Tulumello e Allegretti, 2021). Guimarães (2022) sugere, ainda, que a Mouraria está a atravessar um processo embrionário de gentrificação comercial. De acordo com o autor, o tecido comercial tem vindo a alterar-se, registando-se o aumento do número de bares, cafés e restaurantes em detrimento de um comércio local, diverso e destinado aos moradores. Como consequência, a paisagem comercial da Mouraria começa a ganhar contornos de homogeneidade, orientando-se sobretudo para o crescente número de turistas.

Estas transformações são sentidas transversalmente pelos residentes, desde os mais vulneráveis, como os idosos, famílias em situação de pobreza e migrantes, àqueles com médio capital económico, onde se incluem os gentrificadores marginais. A literatura relata a ocorrência de desalojamento direto, com residentes das várias faixas etárias a serem obrigados a sair das suas casas (Muselaers, 2017; Tulumello e Allegretti, 2021), mas também formas de desalojamento indireto, como o *place-based*

displacement. Tulumello e Allegretti (2021) sublinham a diminuição de capacidade de mobilização, que se fez sentir no decréscimo de adesão a políticas de base-comunitária, o que sugere uma diminuição de coesão social. Guimarães (2022) alerta para o facto de os novos espaços comerciais serem dirigidos a uma clientela específica, excluindo o acesso a outros grupos, aumentando a sua vulnerabilidade e dificultando o consumo, especialmente preocupante uma vez que o comércio do bairro significava, mais do que um lugar de consumo, um espaço de convívio e de redes de apoio, ao qual a população mais vulnerável podia recorrer. Carneiro e Baraldi (2017) referem, também o aumento de ruído causado pelos novos estabelecimentos comerciais, constrangimento também apontados em alojamentos locais (Alba, 2022). Por fim, são registados sentimentos de tristeza e desgosto provocados pela perda de lugar e erosão das redes sociais (Alba, 2022; Carneiro e Baraldi, 2017). Para Estevens (2017), este é o resultado de um processo de reabilitação centrado exclusivamente numa intervenção simbólica, de embelezamento estético, com alguma requalificação de espaço público, que ignorou os problemas sociais, culturais e económicos do bairro.

1.4. Políticas públicas de base-comunitária e gentrificação

No atual paradigma das transformações urbanas, é correto apontar a existência de uma relação íntima entre o processo de gentrificação e as políticas públicas. Se, por um lado, no atual contexto de gentrificação planetária, políticas neoliberais são o principal promotor do processo (Lees e Ley, 2008), por outro, a implementação de políticas de bem-estar que contrariem lógicas de mercado representam uma barreira à gentrificação (Ley e Dobson, 2008) e um dos principais pilares na prevenção ao desalojamento (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018). Estas estão ligadas a regimes de habitação e solo, e consistem em políticas de habitação, de proteção de inquilinos e de regulação de rendas como políticas de construção e subsídio de habitação pública, o controlo de rendas, ou a proibição de licenciamentos de novos alojamentos locais, a título de exemplo (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018; Ley e Dobson, 2008; Mendes, 2017b).

Outra forma típica de resistência é a mobilização comunitária. Como explicam Ley e Dobson (2008), as respostas de política pública são, muitas vezes, resultado da ação de movimentos formais ou informais pelo direito à habitação e à cidade. A atuação destes grupos pode ir desde a participação comunitária em processos formais de planeamento, a manifestações em espaço público e práticas de sensibilização, ou até mesmo ação direta contra gentrificadores. Quando políticas de prevenção são inexistentes ou malogram, podem ainda surgir da comunidade práticas de resistência em forma de estratégias de compensação, realojamento ou adiamento, materializadas através de uma “bricolage legal”, em que equipas de advogados prestam apoio jurídico aos residentes mais vulneráveis (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018, p. 402).

As formas de resistência até agora referidas enquadram-se numa conceptualização clássica de resistência em contexto de gentrificação, que a vê como o “direito de ficar”⁹ e como uma “oposição consciente às forças estruturais que resultam nos atuais regimes de expulsão” (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018, p. 394). De acordo com Annunziata e Rivas-Alonso (2018) e Lees *et al.* (2018), esta representa uma “definição mínima”, sendo necessário expandir o conceito no sentido de acolher práticas de oposição à gentrificação que sejam heterogêneas e ambíguas, não politizadas, invisíveis, inconscientes ou individuais, e que se opõem ao desalojamento nas suas várias dimensões, não apenas às formas diretas e por exclusão, mas também àquelas indiretas.

É relativamente às formas indiretas de desalojamento, mais concretamente ao *place-based displacement*, que a expansão do conceito se mostra de especial pertinência. Como referido anteriormente, a gentrificação altera a natureza da área em que ocorre, originando um sentimento de perda de lugar que resulta no deteriorar do bem-estar dos residentes e que se traduz em sentimentos de vulnerabilidade e frustração, com consequências mentais e físicas (Cocola-Gant, 2023). Neste sentido, Ghaffari *et al.* (2018) sugerem que, para contrapor os efeitos do desalojamento indireto, é necessário adotar estratégias de empoderamento das comunidades que visem a melhoria das suas condições de vida e trabalho, mitigando, consciente ou inconscientemente, os efeitos do fenómeno. Segundo os mesmos autores, uma das estratégias mais importantes para este fim é a participação, devendo envolver atores locais, como residentes, principalmente aqueles que se encontram em situações mais precárias, e organizações ou movimentos sociais. É sublinhada ainda a importância de comunidades inclusivas e solidárias para respostas rápidas e eficazes, o papel essencial de parcerias entre atores privados, públicos e a comunidade, e, principalmente, das organizações locais, tidas como vitais à mobilização das populações (Ghaffari *et al.*, 2018).

As políticas públicas de base-comunitária são medidas que promovem a participação da comunidade, envolvendo-a na formulação e/ou implementação de medidas ou projetos. Estas políticas implicam uma comunidade, definida geograficamente e em cujo território as intervenções serão implementadas, que pode ser constituída por indivíduos, famílias, redes sociais ou organizações locais. As respostas emergentes são usualmente orientadas às necessidades da comunidade, mais concretamente de grupos vulneráveis, e devem contemplar valores como solidariedade ou participação (McLeroy *et al.*, 2003; Schmidt e Kirchheim, 2014). Este é um tipo de política que reforça valores democráticos, como o princípio da subsidiariedade, a participação e legitimação popular. Também, e ao encontro do sugerido por Ghaffari *et al.* (2018), tem a capacidade de empoderar a comunidade, aumentando a sua sustentabilidade e resiliência através de uma maior comunicação, do reforço da identidade e vínculos comunitários, do sentimento de pertença e da inclusão (O’Hara, 1999; Sobral, 2018).

⁹ “*Right to stay put*” no original.

1.5. O Programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP)

O processo de regeneração urbana conduzido na Mouraria envolveu um conjunto de medidas, das quais se destaca uma política municipal de base-comunitária: o Programa de Parcerias Locais, comumente designado por Programa BIP/ZIP, instrumento inserido na Estratégia BIP/ZIP da CML.

O BIP/ZIP, desenhado aquando da elaboração do Programa Local de Habitação de Lisboa (PLH)¹⁰ e posteriormente integrada no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM), é uma política municipal criada em 2009 com uma dupla finalidade: o desenvolvimento local e a regeneração urbana (Farias, 2021). Herdeira de práticas participativas e de base-comunitária, como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) ou o Orçamento Participativo (OP), comporta atualmente, além do Programa, outros três instrumentos: a Carta BIP/ZIP, os Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), e as Redes Colaborativas.

A primeira ação foi a identificação da fratura socio-territorial de Lisboa, obtida através de uma detalhada análise de indicadores socioeconómicos, ambientais e urbanísticos. Deste processo, e após consulta pública, resultou a Carta BIP/ZIP (Anexo A), instrumento que define 67 territórios de intervenção prioritárias, entre os quais alguns bairros do centro histórico. É no seguimento desta primeira iniciativa que, em 2011, o Programa BIP/ZIP tem a sua primeira edição. Trata-se de um programa anual que visa financiar projetos de base-comunitária, mais concretamente pequenas intervenções locais para a melhoria dos “habitats” dos territórios prioritários, a fim de reforçar a coesão socio-territorial do município. Desta forma, além de uma melhoria efetiva do bairro, procura-se promover o desenvolvimento local, estimulando a cidadania ativa e a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento pessoal e social. Assim, espera-se reforçar a capacidade de resiliência, de mobilização e auto-organização das comunidades abrangidas, ferramentas essenciais para respostas céleres e eficazes a novos desafios ou emergências (CML, 2023).

A concretização dos objetivos enumerados depende de um anterior, central ao Programa: a celebração de parcerias envolvendo agentes locais, como juntas de freguesia, associações, organizações não-governamentais, ou grupos informais. Estas parcerias devem ser compostas por, pelo menos, duas entidades, uma das quais localizada no território onde será implementado o projeto. Destas, uma será promotora, ficando responsável pela gestão financeira do projeto. As entidades parceiras, não tendo responsabilidade direta nesse campo, assumem a responsabilidade partilhada da elaboração, implementação e sustentabilidade dos projetos (CML, 2023).

Com base num diagnóstico do território em que pretendem implementar um projeto, as parcerias locais apresentam candidaturas que devem eleger um grupo de destinatários e selecionar uma área

¹⁰ O PLH, desenvolvido em 2008 e 2009, é um instrumento que procura definir uma visão estratégica para as intervenções na área da habitação cujos objetivos específicos se dividem em três grandes temáticas: (1) Melhorar a Cidade; (2) Atrair Nova População; e (3) Passar da Crise à Oportunidade.

temática principal, na qual irão focar as suas respostas¹¹. São estas: (1) Melhorar a Vida do Bairro – projetos que visem a melhoria do bairro, promovam o sentido de pertença e a preservação do património comum, e favoreçam a coesão do bairro através do desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer; (2) Promover Competências e Empreendedorismo – projetos que capacitem os moradores no sentido da promoção da economia local; (3) Espaço Comunitário – projetos que promovam intervenções no espaço público para uma melhor apropriação espacial, que procurem regular questões urbanísticas e patrimoniais, ou que requalifiquem espaços não habitacionais; (4) Promover a Inclusão e a Prevenção – projetos que promovam a integração na Comunidade e na Sociedade; e (5) Promover a Dinamização Comunitária e a Cidadania – projetos que promovam a participação da comunidade na vida do bairro. Após a sua apresentação, as candidaturas são avaliadas e selecionadas por um júri independente externo atendendo aos seguintes critérios: participação das populações; pertinência e complementaridade; desenvolvimento local, coesão social e territorial; sustentação e sustentabilidade; e inovação (CML, 2023).

O Programa assenta em duas dimensões: “Ignição” e “Boas Práticas”. A primeira, corresponde a projetos com um período de execução de doze meses¹², financiamento máximo de cinquenta mil euros e uma estratégia de sustentabilidade de até dois anos. Já a segunda, adicionada em 2021, trata de um financiamento até cem mil euros a projetos com duração mínima de dezoito meses e máxima de vinte e quatro, e com uma estratégia de sustentabilidade de até três anos (CML, 2021, 2023).

¹¹ Os projetos podem ser implementados em mais do que um território prioritário por qualquer entidade, ainda que não tenha sede no território destinatário. No entanto, cada entidade constituinte da parceria não pode apresentar mais do que uma candidatura por território BIP/ZIP. A exceção são as juntas de freguesia, que podem participar exclusivamente como parceiras formais em todos os projetos implementados no seu território (CML, 2023).

¹² Até 2014, o período era de nove meses.

Capítulo 2 – Metodologia

2.1. Contexto: Mouraria

No sentido de alcançar os objetivos propostos e dar resposta à questão de investigação, foi adotada uma metodologia de caso de estudo. Esta permite uma análise intensiva de um contexto real, específico e complexo, possibilitando uma melhor compreensão do seu desenvolvimento ao longo do tempo (Yin, 2014). Esta metodologia será aplicada na Mouraria, bairro situado no centro histórico de Lisboa e alvo, na última década, de uma estratégia de regeneração urbana que despoletou profundas alterações sociais e físicas no território. Este caso de estudo permitirá uma compreensão mais abrangente da relação do Programa BIP/ZIP com a gentrificação em territórios prioritários, cujo interesse foi suscitado aquando do estágio curricular do autor na Divisão de Apoio a Intervenções Locais, responsável pela monitorização e apoio técnico aos projetos implementados no âmbito do Programa.

A escolha da Mouraria como território de estudo prendeu-se com dois fatores: a ocorrência de processos de gentrificação no bairro, e o seu histórico com o Programa BIP/ZIP. Primeiramente, a Mouraria é vista como um caso paradigmático de gentrificação (Tulumello e Allegretti, 2021). Ademais, o início do processo corresponde, sensivelmente, à data de lançamento do Programa (Estevens, 2017), permitindo analisar as manifestações da gentrificação nos seus diferentes estágios (Davidson e Lees, 2010) e a forma como o Programa interage com estas. Em segundo lugar, a Mouraria, BIP 44, é o território com maior número de projetos implementados em todos os 67 inscritos na Carta BIP/ZIP (Anexo B). Registam-se um total de 44 projetos selecionados entre 106 candidaturas submetidas ao longo das doze edições cumpridas até 2023 (Anexo C).

2.2. Instrumentos e Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

Para a prossecução do estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, que consiste na adoção de métodos observacionais, comunicativos ou documentais em ambientes reais, numa tentativa de compreender o mundo social (Sadovnik, 2007). No sentido de compreender o papel do Programa BIP/ZIP na gentrificação da Mouraria é necessário conhecer as características do processo no bairro, a atitude dos promotores dos projetos perante o mesmo, a relação dos projetos com o fenómeno e, por fim, a interação entre ambos. Para tal, foram, por um lado, realizadas entrevistas junto a representantes de entidades promotoras de projetos no âmbito do Programa BIP/ZIP e, por outro, desenvolvida uma análise documental.

As entrevistas assumiram uma forma semiestruturada, permitindo aos entrevistados uma exposição livre acerca dos temas propostos pelo investigador, de acordo com o guião da entrevista (Anexo D), elaborado com base na literatura e dividido em duas partes: uma primeira cujo objetivo foi compreender as características do processo de gentrificação na Mouraria; e uma segunda destinada a explorar os

projetos promovidos e a forma como se relacionam com a gentrificação. A escolha deste tipo de entrevista prendeu-se com o seu carácter flexível, permitindo ao entrevistador apresentar uma linha condutora comum nas várias entrevistas, mas também criar ou adaptar questões, adequando-as à exposição dos entrevistados. Este tipo de entrevista é considerado uma técnica que permite explorar e abordar o contexto em torno do tema, possibilitando a descoberta de elementos e categorias com o potencial de reforçar ou reestruturar os objetivos da investigação (Banha *et al.*, 2022; Bryman, 2012; Dearnley, 2005).

Os entrevistados, atores ativos nas práticas das organizações que representam, influenciando-as através dos seus valores e experiências, assumiram um papel central como fontes de informação pelo seu protagonismo na tomada de decisão e implementação dos projetos (Banha *et al.*, 2022). Ainda, pelo trabalho promovido diretamente com e para as comunidades da Mouraria, e pelo conhecimento de facto do bairro, a sua visão sobre as transformações do mesmo foi considerada uma mais-valia.

Relativamente ao procedimento, as entrevistas foram realizadas privilegiando encontros presenciais, recorrendo-se a plataformas virtuais apenas quando o primeiro não foi possível. Os entrevistados foram contactos por um email que, primeiramente, explanava o propósito do estudo e, de seguida, convidava à marcação de uma entrevista conforme a sua disponibilidade. No início da entrevista foi entregue uma declaração de consentimento informado (Anexo E), que foi lido e assinado por ambas as partes. Nesta, os entrevistados: confirmaram ter lido e compreendido a informação sobre o estudo; aceitaram a gravação e transcrição da entrevista para apoio à realização da investigação; confirmaram ter compreendido que certos excertos podem ser reproduzidos, garantindo-se sempre o anonimato; e, por fim, aceitaram participar livre e voluntariamente na investigação. A duração média das entrevistas, realizadas entre fevereiro e setembro de 2023, foi de 35 minutos.

O tratamento sistemático dos contributos dos entrevistados, entretanto transcritos, realizou-se através da análise temática dos dados, método utilizado para identificar, analisar e reportar padrões nos dados, que são codificados por extratos e posteriormente organizados por temas (Braun e Clarke, 2006). Foram identificados e interpretados os principais elementos de cada um dos discursos com base na revisão da literatura (Cocola-Gant, 2023; Tulumello e Allegretti, 2021), e desenvolvidos os códigos iniciais, podendo ser palavras ou frases, aos quais foram associados excertos das entrevistas. Para tal, foi desenvolvida uma análise qualitativa de dados com o programa MAXQDA 2022. Uma vez codificados todos os excertos considerados relevantes, códigos semelhantes ou com padrões comuns foram agrupados em temas (Braun e Clarke, 2006), tendo em consideração a literatura, mas principalmente a pergunta de partida e objetivos da investigação. Por fim, a redação dos resultados, descritos no subseqüente capítulo, assentou nos temas e subtemas estabelecidos, cuja categorização final é representada na figura 1, abaixo exposta:

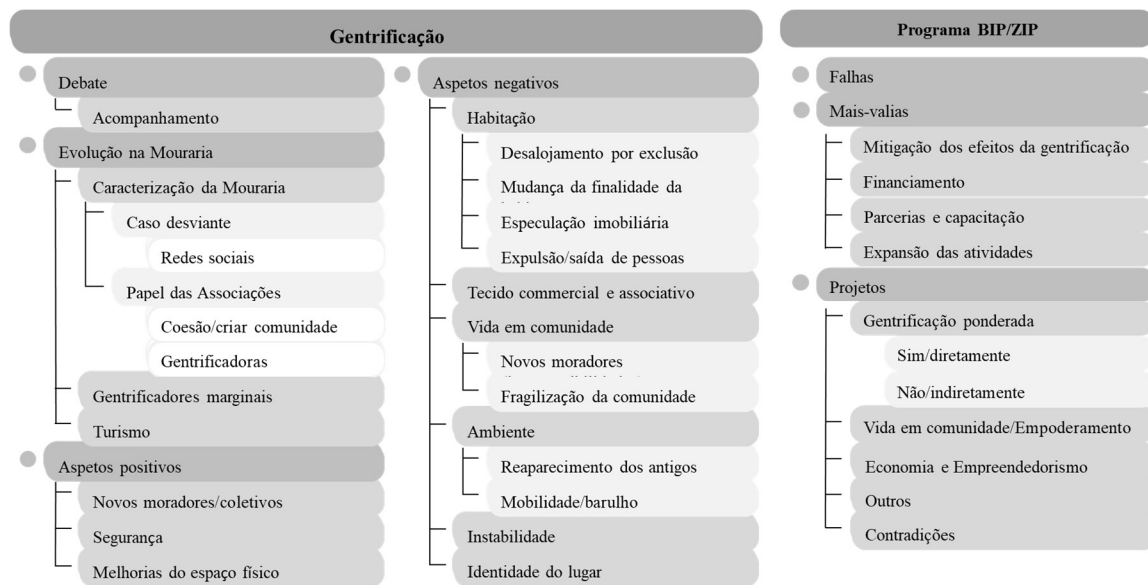


Figura 2.1 - Árvore temática. Elaboração própria

A investigação contou ainda com uma análise documental. Esta teve um duplo propósito: primeiramente, “identificar potenciais mudanças no tipo de projetos implementados ao longo das diferentes edições do Programa BIP/ZIP em resposta à gentrificação” (objetivo específico 4), compreendendo possíveis interações entre o Programa BIP/ZIP e a gentrificação, inconscientes ou dificilmente detetáveis e, portanto, não relatadas nas entrevistas; em segundo lugar, e ao encontro do sugerido por Yanow (2007), providenciar informação para a condução das entrevistas, já que os dados recolhidos através da análise documental são capazes de corroborar ou refutar informação introduzida pelos entrevistados, podendo ser utilizados para clarificações ou desafios ao que está a ser dito, aumentando, assim, a validade dos resultados (Morgan, 2022). Neste sentido, foram consultados documentos disponibilizados *online* relativos ao Programa BIP/ZIP, como fichas de candidaturas, documentos de “Ciclo e Regras” referentes a diferentes edições, critérios de avaliação ou fichas de caracterização dos territórios, mas também artigos científicos com incidência no tema “gentrificação”. Recorreu-se ainda aos *sites* eletrónicos do Fórum Urbano¹³, uma base de dados que sistematiza parte da informação contida nas candidaturas de projetos até 2020, e da “Energia BIP/ZIP”¹⁴, que tem o propósito de divulgar os vários instrumentos de política pública inseridos na Estratégia BIP/ZIP. Através destes documentos, foi possível criar gráficos que facilitam a leitura de dados relativos à evolução das candidaturas e projetos em termos de temáticas, parcerias ou financiamento. Os dados sistematizados, ao serem cruzados com informação sobre os processos de gentrificação na Mouraria, permitiram esclarecer a existência ou não de padrões ou tendências que se relacionem com o processo.

Seguindo a conceptualização de “investigação exploratória” de Swedberg (2020), o presente estudo assume um carácter exploratório que, não ambicionando já confirmá-las, procura produzir novas ideias e hipóteses numa temática pouco explorada.

¹³ <https://www.forumurbano.pt/>

¹⁴ <https://bipzip.lisboa.pt/>

2.3. Definição e caracterização da amostra

2.3.1. Critérios de inclusão

Tendo presente os objetivos deste estudo, decidiu-se ouvir aqueles que materializam o Programa no terreno, as entidades promotoras de projetos. A escolha destes atores justifica-se por dois motivos: (1) o seu conhecimento do território e das comunidades locais, assistindo em primeira mão às transformações originadas pelos processos de gentrificação, e contactando diretamente com os residentes, as suas preocupações, necessidades e perspetivas; e (2) permitirem, através dos seus contributos, uma compreensão mais detalhada das iniciativas concebidas e implementadas – o seu fundamento e foco –, e da influência dos projetos nas dinâmicas socioeconómicas, na participação comunitária e no desenvolvimento local. Ademais, apresentam um contributo inestimável para compreender como é que as iniciativas locais de base-comunitária inseridas no Programa estão a responder ou adaptar-se aos desafios emergentes da gentrificação.

Até à edição de 2022, o BIP da Mouraria acolheu 44 projetos, promovidos por 25 entidades distintas, e distribuídos pelas cinco temáticas previstas para o Programa (Anexo F). No âmbito do presente estudo foram selecionadas 10 destas entidades que, em conjunto, promoveram 55% do número total de projetos. Destas, foram identificadas previamente quatro que, pelo reconhecido trabalho no território, foram consideradas como prioritárias. A seleção das restantes foi feita de forma aleatória, tendo por base os seguintes critérios: (1) entidades sediadas na Mouraria ou, no máximo, em territórios limítrofes, de forma a assegurar que conhecem a realidade do bairro; (2) projetos pensados exclusivamente para a Mouraria ou para a Mouraria e territórios limítrofes, no sentido de garantir que têm em consideração as especificidades do bairro. O número de entrevistas foi definido com base num critério de viabilidade da pesquisa no terreno, atendendo os limites temporais do estudo, não descurando, no entanto, a possibilidade de continuar a investigação futuramente.

2.3.2. Caracterização da amostra

A amostra selecionada para esta investigação é composta por nove representantes de dez entidades distintas (um dos quais em representação de duas), que promoveram o total de 24 projetos, distribuídos por toda e qualquer edição concluída até 2023 (Anexo F), e inseridos nas cinco temáticas previstas pelo Programa BIP/ZIP.

Entidades entrevistadas:

1. Artéria – Associação de Arquitectura e Reabilitação Urbana, selecionada previamente, promotora de 3 projetos: *Avenida Intendente* (2013); *Redes de Artes e Ofícios de Lisboa* (2016); e *Redes dos Construtores de Lisboa* (2017);
2. Associação Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, selecionada aleatoriamente, promotora de 1 projeto: *Livros e artes que vos quero* (2013);

3. Associação Cozinha Popular, selecionada previamente, promotora de 2 projetos: *Cozinha Comunitária da Mouraria* (2011); e *Muita Fruta* (2016);
4. Associação Histórias Desenhadas, selecionada aleatoriamente, promotora de 2 projetos: *Na rua com Histórias* (2017); e *A Minha Vida tem Histórias* (2021);
5. Associação Renovar a Mouraria, selecionada previamente, promotora de 7 projetos: *Casa Comunitária* (2011); *Casa Comunitária da Mouraria* (2012); *Da casa para o Beco* (2013); *Atelier Ideal* (2015); *Mouraria Composta* (2018); *AL Mouraria, Apoio Local Migrantes* (2020); e *Changing (H)earth* (2021);
6. Cooperativa BTUIN, selecionada aleatoriamente, promotora de 1 projeto: *Levantar o cerco às Colinas* (2018);
7. Cooperativa Rizoma, selecionada aleatoriamente, promotora de 1 projeto: *Rizoma: uma mercearia Comunitária* (2022);
8. Milaccessos – Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social, selecionada aleatoriamente, promotora de 1 projeto: *Lisboa Histórica para todos* (2015);
9. Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, selecionada aleatoriamente, promotora de 5 projetos: *Espaço Mulher e Cidadã Activa* (2014); *Movimento Inclusivo* (2015); *GeraEncontro* (2018); *CosturArt-te Ponto a Ponto* (2019); e *Transistórias Lisboa* (2020);
10. Sou Largo, selecionada previamente, promotora de 1 projeto: *O lugar da Cerâmica* (2013).

Capítulo 3 – Análise dos Resultados

Com o objetivo de responder aos três primeiros objetivos específicos da investigação (caracterizar a gentrificação na Mouraria, e os seus efeitos; perceber qual a atitude perante a gentrificação das entidades promotoras de projetos na Mouraria no âmbito do Programa BIP/ZIP; e analisar como os projetos implementados na Mouraria interagem com a gentrificação), foram realizadas nove entrevistas com representantes de dez entidades.

3.1. Gentrificação

Os representantes das entidades promotoras de projetos financiados pelo Programa BIP/ZIP foram questionados sobre como têm acompanhado o debate à volta da gentrificação, ao que todos afirmaram estar ao corrente. Alguns entrevistados demonstraram acompanhar o debate académico e também político, porém, a maioria referiu que é impossível escapar-lhe na própria vivência quotidiana, uma vez que a *“gentrificação tem sobretudo entrado pela casa a dentro das pessoas”* (representante da Largo). Todos os entrevistados afirmaram estar cientes do processo de gentrificação que ocorre na Mouraria e têm sentido os seus efeitos, seja por morarem ou trabalharem no local.

A gentrificação é vista pela maioria dos entrevistados como um processo especulativo e de *“recomposição social dos territórios”* (representante da Largo), que corresponde a um fluxo de indivíduos de uma classe social superior que investe no bairro, transformando-o social e fisicamente. Neste contexto, foi particularmente enfatizada a ideia de que o investimento no edificado resulta no aumento do preço ou na alteração do fim da habitação, dando lugar, em último caso, à saída dos antigos moradores bairro. A gentrificação comercial foi, também, mencionada, com os entrevistados a sublinharem as alterações no tecido comercial – que passam a servir novos públicos – como um dos traços caracterizadores da gentrificação. O turismo é referido como um dos motores do processo, uma vez que parte das transformações promovidas têm os turistas como destinatários. O reconhecimento de um pendor de classe nas transformações imobiliárias e comerciais resultantes da gentrificação ficam bem patentes no seguinte excerto da entrevista à/ao representante da Casa da Achada:

A gentrificação penso que é um processo mais largo que tem a ver com, enfim, ficarem chiques os sítios que não eram chiques, ou em que pelo menos havia mistura, mais mistura de classes sociais, e que passa a haver menos em favor apenas dos mais abastados.

3.2. Gentrificação na Mouraria

O processo de regeneração urbana, promovido pela CML desde finais da década de 2000, é avançado no sentido de resolver os problemas de um bairro envelhecido e degradado, e surge na sequência de décadas de desinvestimento na política de habitação e de alienação de habitação pública, numa altura de desregulação do mercado imobiliário, aquando da crise financeira. Muito criticado pelos entrevistados, que apontam a inexistência de uma componente social que considerasse a comunidade e comércio local, o processo de regeneração urbana é visto como o gatilho para a gentrificação da Mouraria, correspondendo a um “*processo clássico de gentrificação a partir do Estado*” (representante da Largo), que promove transformações a fim de satisfazer e atrair novos usuários e investidores privados. A/o representante da Artéria descreve o processo de regeneração da seguinte forma: “*aquele projeto de transformação da Mouraria era um projeto de transformação social (...). Se isso é tido assim ou dito assim de uma forma tão taxativa, não. Mas o resultado é, no fim o resultado é isso. O resultado foi isso*”. A/o mesma/o entrevistada/o refere ainda que o processo envolveu várias associações locais que “*na altura não tinham a mínima consciência do que é que estava a acontecer*”.

Os efeitos da regeneração urbana aparentam, porém, não ter sido homogêneos ao longo dos anos. De facto, até sensivelmente 2015, os resultados do processo eram vistos maioritariamente com bons olhos pelos entrevistados, registando-se a chegada de novos moradores e coletividades que contribuíram para a mobilização da comunidade e dinamismo do bairro. A partir de meados da década de 2010, o cenário muda rapidamente de figura. Ainda que, de acordo com alguns entrevistados, existam partes do bairro pouco afetadas pela gentrificação, como ruas densamente povoadas por migrantes ou algumas zonas habitadas pelo “núcleo duro” da Mouraria (a população tradicional, descrita como bairrista e resiliente), outras partes são severamente afetadas pela rápida proliferação de Alojamento Local, encarecimento da habitação e saída de antigos moradores, facilitada pelo NRAU. O turismo é citado pela maioria dos entrevistados como fator explicativo das mudanças no bairro. Abaixo, serão expostos os principais impactos da gentrificação da Mouraria, positivos e negativos, identificados pelos entrevistados.

3.3. Aspetos positivos

Alguns promotores identificaram o aparecimento de novas organizações no bairro – importantes agentes de mobilização comunitária e de apoio à população mais vulnerável – como um dos principais aspetos positivos do processo de gentrificação que ocorreu até 2015. Nessa primeira fase, é referida também a chegada de novos moradores, sobretudo jovens, atraídos pelas características da Mouraria, que procuraram envolver-se e dinamizar a comunidade. Por se instalarem maioritariamente em espaços vazios e não terem um capital financeiro muito distinto do das populações locais, estes novos moradores não criaram disrupções no bairro:

Houve, sim, o efeito positivo de pessoas que vieram para aqui, que deram uma nova vida ao tecido cultural do bairro, mas que a sua motivação para vir para aqui era para vir para este bairro como ele era. [...] Portanto, todos dessa primeira vaga de gentrificadores, que nós também podemos ser considerados como tal, são, o que eu costumo dizer sem qualquer base teórica, quase os “bons gentrificadores”, porque não houve um aumento do nível de vida e uma substituição da população. Vieram, sim, ocupar um espaço que estava vazio, e quiseram vir conviver com quem cá estava e essa era a sua motivação. (representante da Renovar a Mouraria)

Outro aspeto destacado foram as melhorias no espaço público, sobretudo a reabilitação do edificado de um bairro “*completamente degradado, a cair aos bocados*” (representante da Cozinha Popular). Por fim, associado a este último e ao aumento da segurança, alguns entrevistados destacam a melhoria da imagem da Mouraria. Zonas do bairro, anteriormente estigmatizado, onde o consumo de drogas e a criminalidade eram uma constante, são hoje espaços seguros e frequentados por populações diversas.

3.4. Aspetos negativos

3.4.1. Desalojamento direto

A saída de moradores do bairro é a consequência da gentrificação mais vezes levantada pelos entrevistados, tendo atingido as camadas populares, mas também os “bons gentrificadores” acima descritos. As entrevistas sugerem que na base do problema estão dois fenómenos: a especulação imobiliária e o turismo. O aumento do preço da habitação, manifestando-se sobretudo em subidas de rendas para valores inabarcáveis para muitos moradores que são obrigados a sair ou impedidos de entrar, e a alteração da finalidade de habitações, que se encontravam anteriormente num circuito residencial local e passam a integrar um circuito turístico global, são invocados frequentemente pelos promotores entrevistados:

De uma forma às vezes subtil, outras vezes não tanto, [as pessoas] são corridas literalmente, e corridas porque: ou os sítios onde as pessoas viviam são fechados para passarem a ser hotéis, para passarem a ser alojamentos; ou simplesmente as rendas aumentam de uma maneira que faz com que seja insuportável e faz com que as pessoas tenham de procurar definitivamente outros sítios para viver. (representante da Irmãs Oblatas)

Não raras as vezes, especulação e turismo são apresentados como indissociáveis e interdependentes, como expresso no próximo excerto da entrevista à/ao representante da Casa da Achada:

Os alojamentos locais estão a expulsar pessoas daqui em favor de uma cidade valorizada apenas monetariamente, mas não na vida das pessoas. Portanto, conduziu as pessoas a saírem destas casas e deste centro. Isso é muito visível aqui à frente.

O decréscimo de população relatado pelos entrevistados teve reflexos em algumas entidades que atuavam no bairro, que viram pessoas com e para quem trabalhavam a desaparecer:

Vou te dar um exemplo de uma das coisas da nossa reflexão do Largo [do Intendente]. Quando saímos, é óbvio que ficámos sempre tristes de sair e era pesado o ambiente. Mas também comentámos que já não tínhamos ninguém com quem trabalhar... Já quase não havia ninguém com quem nos interessasse ali à volta de trabalhar. Estávamos a perder o sumo da coisa. (representante da Largo)

3.4.2. Desalojamento indireto

3.4.2.1. Comércio e organizações de base-comunitária

As alterações ao tecido comercial foram uma das consequências mais enfatizadas ao longo das entrevistas. Os promotores descrevem um bairro com comércio diversificado e de proximidade, capaz de satisfazer as necessidades básicas de consumo dos residentes, que foi desaparecendo para dar lugar a um tecido cada vez mais homogéneo: *“E quando eu vim para cá, tinha tudo ao pé de casa, tinha lavandaria, tinha loja de jornais, tinha tudo, tudo, tudo. E as coisas foram desaparecendo e foram ficando um bocado minimais-repetitivas”* (representante da Cozinha Popular).

O desaparecimento de antigos espaços comerciais significa também a perda de lugares agregadores, onde os residentes se sentiam acolhidos e conviviam: *“[os espaços comerciais] são sítios onde as pessoas se juntam, são sítios onde as pessoas conversam, onde as pessoas podem estar em convívio sem estar em consumo, ou que é de baixo custo e, portanto, permite as pessoas estarem em espaços”* (representante da Casa da Achada). Por outro lado, o encerramento destes espaços, que têm também uma função de apoio, pode ter consequências a nível de saúde, como é retratado no caso apresentado pela/o representante da Largo:

Repara, há uma lavandaria que quando fecha o Intendente – quer dizer não era bem no Intendente, era na Rua Benfornoso –, a “Lavandaria da Rosa”. A Rosa tinha um papel fundamental para as pessoas da rua. A Rosa tinha sempre um kit de Ben-u-ron, de Brufen, e era quem medicava aquela gente toda ali que ia lá pedir. E tem um impacto enorme, até na saúde, na verdade, daquele território.

Os novos espaços comerciais não são, geralmente, acolhedores para os antigos residentes. Apresentam uma estética, serviço e preços destinados a um público distinto, que tem em turistas e moradores com maior capital o seu alvo: *“uma pessoa percebe que «não é para mim». «Não é para mim» por causa daqueles preços, «não é para mim» por causa daquela atitude, ou daquele estilo”* (representante da Casa da Achada). Paralelamente, alguns espaços tradicionais alteram o seu público destinatário por motivos de sobrevivência, uma vez que o antigo tem vindo a desaparecer.

Por fim, são feitas várias referências ao desaparecimento de organizações de base-comunitária, *“com uma lógica menos turística e com uma lógica mais de convivência, comunidade, ocupação da cidade”* (representante da Casa da Achada), que dinamizavam o bairro e mobilizavam a população. Estes

eram tidos como espaço que promoviam o encontro “*intersocial e intergeracional*” da população (representante da Largo) sem lógicas lucrativas. O aumento das rendas ou a venda dos edifícios em que estavam sediados resultou no encerramento de vários destes espaços, com consequências para a identidade e coesão do bairro, e bem-estar dos moradores do território, sobretudo aqueles em situações precárias, muitas vezes auxiliados pelas organizações.

3.4.2.2. Ambiente

Aspetos como a mobilidade, barulho e segurança são também referidos como alterações que desestabilizam a vivência no bairro. É destacado o fluxo de turistas que, em certas ruas da Mouraria, dificultam a mobilidade, sobretudo de idosos. A/o representante da Histórias Desenhadas descreve a experiência de uma utente de 88 anos com problemas físicos que, devido à confusão que se faz sentir na rua, “*já tem medo de sair*” de casa. Por outro lado, queixas de barulho aparentam ser comuns, com os moradores a serem perturbados pelo ruído provocados por turistas, sobretudo em alojamentos locais. A/o mesma/o entrevistada/o relata a experiência de outra utente: “*às tantas, chateava-se porque ouvia barulho à noite, eles chegavam à noite, acordavam-na à noite*”.

Se as melhorias na segurança foram apontadas como um dos aspetos positivos da gentrificação, esta tem vindo a deteriorar-se. As entrevistas sugerem que, sobretudo após a pandemia da COVID-19, e devido ao esvaziamento do bairro e precarização da população, os antigos problemas da Mouraria têm reemergido:

E o que nós temos hoje em dia, 15 anos depois, é um bairro outra vez com os mesmos problemas que tínhamos há 15 anos atrás, “super” intensos, não em menor escala, como o consumo de droga, prostituição, alguma insegurança, e outra vez um bairro um pouco vazio, porque continuam a viver cá poucas pessoas. (representante da Renovar a Mouraria)

3.4.2.3. Vida em comunidade

A perda de vida em comunidade é sublinhada na vasta maioria das entrevistas e é relacionada com o turismo por dois motivos: perda de espaços de encontro e falta de relação dos turistas com os antigos residentes. Como já explorado, espaços comerciais e organizações de base-comunitária consubstanciam locais de convívio e apoio, pelo que o desaparecimento daqueles que acolhiam os residentes resultou num deteriorar do bem-estar das pessoas do bairro.

Por sua vez, residências de longa duração passaram a ser alojamentos locais, onde a efemeridade da estadia impede que se estabeleçam laços entre os turistas e os locais. Redes de vizinhança – importantes estruturas de apoio – são deterioradas pelo desaparecimento dos antigos moradores, cujas casas dão lugar a residências de curta duração. A/o representante da BTUIN e da Milacessos descreve assim a experiência de um morador tradicional da Mouraria: “*essa pessoa está a viver, por exemplo, num prédio em que só existem agora, neste momento, alojamentos locais. E, portanto, não há esses*

laços de vizinhança”. De forma semelhante, novos moradores, gentrificadores transnacionais, não se envolvem com as comunidades locais, como fica patente no seguinte excerto da entrevista com a/o representante da Renovar a Mouraria: *“há esses novos habitantes que ninguém conhece e eu também não conheço, estrangeiros de classe média alta que compraram as casas na parte superior do bairro que são casas de luxo*”. Ademais, a incompatibilidade de estilos de vida pode levar ao encerramento de antigos espaços comerciais, obstaculizando o convívio e fazendo emergir antigos problemas, como o aumento de insegurança. A/o mesma/o entrevistada/o relata essa experiência:

Havia ali uma zona em cima em que havia um bar, que era os Anos 60, que era um bar já “super” antigo onde ninguém ia. Mas depois nessa altura mais trendy tornou-se muito conhecido, abriram mais dois ou três barzinhos, alto ambiente. Claro que as pessoas estavam na rua a falar até às 4 da manhã, “super” barulho. As casas são compradas por novos vizinhos, e não é compatível o barulho com a residência. Fecham os bares. Hoje em dia passar ali às duas da manhã já não é seguro outra vez. Porque é o sítio onde o tráfico se voltou a instalar.

Por fim, o desaparecimento de espaços e pessoas está na origem do que é descrito pelos entrevistados como perda de identidade da Mouraria. As redes formadas pelos residentes eram vistas como um dos traços caracterizadores do bairro e a sua erosão significa uma gradual diminuição do sentido de pertença, ao qual se associa o receio de perder totalmente o lugar para os turistas: *“eu não sei qual o futuro do centro de Lisboa, se todo ele se vai tornar um postal turístico. Para turistas verem turistas. Mas é o que parece que vai acontecer”* (representante da Renovar a Mouraria). Este sentimento ajudará a explicar a crescente dificuldade relatada em mobilizar os residentes. Os entrevistados sugerem que territórios não afetados pela gentrificação têm comunidades mais ativas.

3.5. Programa BIP/ZIP e gentrificação

Após o relato dos impactos da gentrificação na Mouraria, os entrevistados foram questionados se, no momento de idealização ou implementação dos projetos financiados pelo BIP/ZIP, consideraram a gentrificação. Dos nove entrevistados, apenas três responderam positivamente. Os restantes, sem exceção, afirmaram não ter considerado diretamente a gentrificação, mas fizeram-no indiretamente, uma vez que os projetos, ao procurar atuar sobre os problemas do bairro, invariavelmente respondem às consequências do fenómeno: *“Podia não estar em cima da mesa, mas se calhar estava no nosso subconsciente ir ao encontro dessas necessidades, não é? Tudo aquilo que nós fazemos vai ao encontro das necessidades que nós fomos reparando com o nosso trabalho”* (representante da Histórias Desenhadas). De facto, parte dos entrevistados considera que o Programa contribui para mitigar os efeitos da gentrificação, sobretudo ao nível de um desalojamento indireto, seja pelo estímulo à mobilização popular, seja pela natureza e objetivos dos projetos. Ademais, o financiamento disponibilizado permite às entidades expandir as atividades, e capacitar/profissionalizar os seus agentes, fator considerado essencial a uma atuação mais eficiente e eficaz no terreno. Por fim, a lógica de

parcerias promovida é entendida como uma importante ferramenta de resistência à gentrificação, uma vez que permite desenvolver estratégias coletivas.

Abaixo são expostas as respostas dadas pelos projetos aos problemas da Mouraria de acordo com as entidades entrevistadas.

3.5.1. Contributo dos projetos

Na área da economia e empreendedorismo, vários projetos procuraram capacitar grupos vulneráveis, oferecendo formação profissional e, por vezes, emprego aos destinatários. Ainda, foram implementados projetos cujo objetivo era a promoção e capacitação do comércio local, o qual se encontrava numa posição precária, não só porque não acompanhava as demandas dos novos públicos e era incapaz de competir com os novos estabelecimentos, geridos por pessoas mais jovens e capacitadas, mas também porque corria o risco de fechar devido às rendas exigidas. Assim, houve um processo de capacitação dos agentes, criaram-se bases de dados no sentido de promover os comércios e ofícios do bairro, estabeleceram-se redes de comerciantes e artesãos, e executaram-se pequenas intervenções físicas. A este encontro, a/o representante da Renovar a Mouraria explica o racional na origem do projeto “Atelier Ideal”, de 2015, da seguinte forma:

E esse foi o projeto que nós fizemos já como: “pá, bora lá tentar pôr todos os agentes económicos ou do comércio com o mesmo nível de conhecimento”, porque também não é justo que chegue agora aqui malta jovem cheia de conhecimentos e que tirem benefícios do trabalho que toda uma comunidade está a fazer, e outros não.

As entrevistas sugerem que a vasta maioria dos projetos incidiu sobre a vida em comunidade e empoderamento do bairro, através da promoção da inclusão, espírito crítico, identidade do lugar e cidadania ativa. Uma comunidade e economia fortes são tidas como fundamentais à sobrevivência dos territórios, e a criação de uma comunidade forte e à imagem daqueles que a compõem é fundamental para uma maior resiliência às alterações advindas da chegada de novos grupos e comércios: “*se nós conseguimos manter o bairro vivo e de acordo com aquilo que são o reflexo das pessoas que vivem nele, podem abrir novas lojas, mas continuar as antigas*”. (representante da Renovar a Mouraria)

Alguns projetos representaram fontes de apoio às comunidades mais vulneráveis, como população migrante, pessoas em situação de pobreza ou precariedade laboral, e idosos. Vários entrevistados destacaram, também, a promoção de encontros inclusivos, onde diferentes culturas, gerações e classes sociais conviviam, aproximando as várias “Mourarias” no sentido de criar uma comunidade mais forte. A/o representante da Cozinha Popular sublinha a importância das organizações na promoção da vida em comunidade num contexto de gentrificação:

Mas, acho que, no fundo, a gentrificação põe as pessoas fora, ok. Mas nós tentamos criar comunidade com os que restam. Acho que não temos que desistir de quem fica. E estamos aqui para lutar pelo que for preciso no que diz respeito aos mais desfavorecidos.

Algumas respostas incidem sobre o reforço do sentido de pertença. É referida a recolha de memórias, em que antigos residentes, muitas vezes esquecidos, partilham relatos, opiniões, tradições ou objetos relativos à Mouraria numa tentativa de preservar a identidade do lugar. A ideia deste tipo de projetos era, nas palavras da/o representante da Casa da Achada, “*dar voz a outros, pôr essas vozes visíveis, audíveis, às vezes com edições, às vezes com outras iniciativas*”; enquanto para a/o representante da BTUIN e Milacessos era “*recolher entrevistas, por exemplo, fotografias, arquivo que pudesse de alguma forma dar uma retrospectiva de uma Lisboa que neste momento já não existe em vários aspetos*”.

Por fim, é destacada a promoção da cidadania, através de uma participação ativa da população no desenho e implementação dos projetos, ou através da capacitação das comunidades, tornando-as “*mais aptas a agir e a transformar a cidade onde vivem*” (representante da Casa da Achada). Para tal, procurou-se estimular o diálogo, o espírito crítico e o pensamento estratégico sobre o território, sobretudo através de debates ou intervenções culturais.

Alguns projetos aparentam, porém, conter contradições. A título de exemplo, o projeto de 2013 da Artéria – “Avenida Intendente” – que procurou integrar o eixo Benfornoso-Anjos no recém renovado Largo do Intendente, agora com maior dinamismo social e cultural, promoveu pequenas instalações em espaço público no sentido de dar visibilidade e fortalecer o comércio existente numa rua ainda estigmatizada. Quando questionada/o se essa tentativa de seduzir uma nova clientela ao tornar a rua mais atrativa pôde, indiretamente, ter contribuído para chamar a atenção de investidores imobiliários, a/o representante da associação deu a seguinte resposta:

Nós queríamos ligar aquelas ruas ao Largo. Tendo em conta que não podemos fazer nada pelo Largo que ficou naquele estado. Aquele projeto é um projeto claramente gentrificador. O que nós quisemos foi amarrar aquilo e trazer aquelas pessoas a beber alguma coisa daquela fonte porque nós já sabíamos que aquilo ia enveredar pelo que enveredou. Não quisemos é que as pessoas desaparecessem dali.

Neste excerto fica, também, patente um sentimento de impotência por parte dos promotores de projetos que, ao não conseguirem atuar diretamente sobre as causas da gentrificação, procuram mitigar os seus efeitos através de “*paliativos*” (representante da Largo).

Sintetizando, os entrevistados apresentam, sem exceção, uma visão crítica à gentrificação. Ainda que o processo não tenha sido considerado diretamente aquando da formulação ou implementação dos projetos, todas as entrevistas sugerem que estes tentaram responder aos efeitos da gentrificação, sobretudo a formas de desalojamento indireto. Embora os projetos possam, por vezes, conter contradições, o Programa é, pois, visto como uma ferramenta de combate à gentrificação, seja pela lógica de parcerias e de mobilização da comunidade, seja por, ao garantir financiamento, permitir que entidades de base-comunitária atuem no terreno mais eficaz e eficientemente, no sentido de dar resposta aos problemas do bairro.

3.5.2. Críticas ao Programa

Apesar da visão dominante ser globalmente positiva, alguns entrevistados mostraram-se críticos relativamente às regras, resultados e filosofia do Programa, apontando-lhe limitações. As entrevistas sugerem que o financiamento do Programa é essencial para a existência das entidades, uma vez que permite pagar salários e promover atividades. Desta dependência é possível identificar duas grandes consequências. Primeiramente, da falta de robustez financeira do Programa e da regra que dita que cada entidade constituinte de uma parceria não pode apresentar mais do que uma candidatura por território BIP/ZIP emerge uma lógica de competição entre as várias instituições de base-comunitária do território, como explica a/o representante da Renovar a Mouraria, que sugere a promoção de uma verdadeira articulação entre parceiros:

Acho que aqui na Mouraria o que poderia ajudar a ser uma ferramenta bastante mais forte era ser um programa que obrigasse efetivamente as organizações a trabalhar em conjunto e não a concorrerem entre si. Isto porquê? Porque 50000 euros para um ano não é valor suficiente para 4 ou 5 organizações se juntarem, porque todos nós precisamos de ter sustentabilidade, não é?

Por outro lado, é sugerido que a dependência sobre o Programa resulta na promoção de projetos que se consubstanciam em “*respostas-tipo*” a um determinado problema (representante da Artéria), curtos e pouco ambiciosos, muitas vezes a substituir o papel do Estado, que têm de se adaptar à linguagem e lógica exigidas, despindo-se assim de uma visão mais crítica da cidade. Ao mesmo tempo, projetos que ambicionavam participar no desenho da cidade, transformar o território, eram “*sempre esmagados por quem de facto estava a construir cidade, que eram os hotéis, as imobiliárias, os fundos imobiliários*” (representante da Largo).

A/o representante da Artéria critica o modo como se estabeleceu o novo tecido associativo, cujas parcerias surgem inorganicamente para responder a programas cujo âmbito é delimitado de forma *top-down* pelo poder político: “*eu acredito muito no movimento associativo, acho que é um movimento que tem que ser livre e estar a trabalhar de uma forma mais orgânica e menos em grelha de políticos*”. No sentido de estimular ações inovadoras e dar espaço ao olhar crítico sobre a cidade, a/o entrevistada/o sugere que a CML apoie “*sem qualquer entrave as associações que se constituem neste momento, as mais antigas e as mais novas, de uma forma coerente sem inventar designios para essas associações e cooperativas*”.

Por fim, é referido o desajuste do Programa à realidade, uma vez que o diagnóstico em que se baseia se encontra desatualizado, não considerando as alterações no tecido comercial ou o crescente turismo, o que limita as áreas de intervenção das entidades, algumas das quais procuraram desenvolver projetos de turismo sustentável, a título de exemplo. É ainda superficialmente aludida a exigência de uma fase de sustentabilidade – “*a mais difícil*” (representante da Histórias Desenhadas) – sem que para tal existam mecanismos apropriados de apoio, tal como ligações a outros setores ou um financiamento mais robusto.

3.6. Análise documental – o Programa BIP/ZIP na Mouraria

Para responder ao quarto objetivo específico da investigação (identificar potenciais mudanças no tipo de projetos implementados em resposta à gentrificação) procedeu-se a uma análise documental. Os dados revelam que nas três primeiras edições a maioria das candidaturas, aprovadas ou não, abrangiam exclusivamente a Mouraria (figura 4.1). Este cenário alterou-se em 2014, ano em que candidaturas que abrangem vários territórios começam a tornar-se mais comuns. No entanto, a maioria desse tipo de candidatura abrange apenas territórios contíguos ou próximos à Mouraria¹⁵, cujos diagnósticos não diferem grandemente. A partir de 2017, a Mouraria começa a ser um território maioritariamente incluído em candidaturas com uma grande abrangência territorial, passando a ser esse o tipo de candidatura dominante. De realçar que nas duas últimas edições nenhuma das candidaturas aprovadas teve a Mouraria como território prioritário exclusivo.

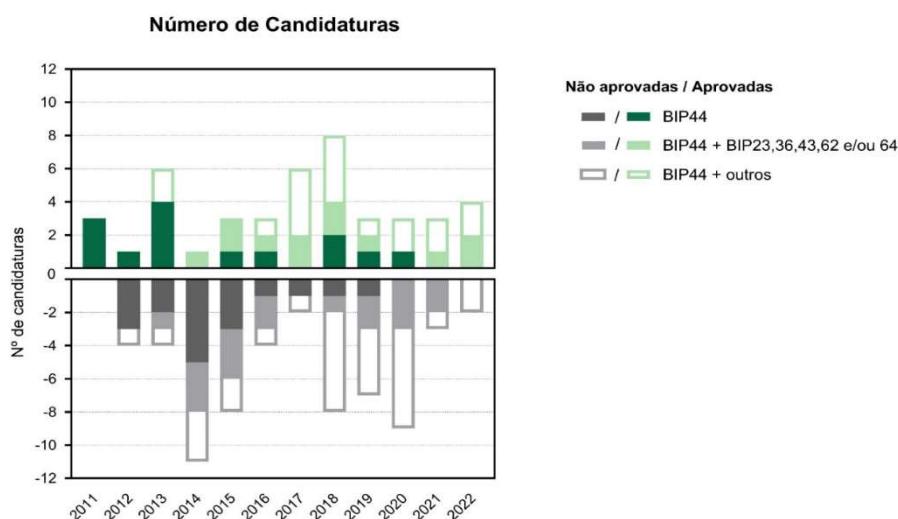


Figura 4.1 - Número de candidaturas por abrangência territorial (2011-2022). Elaboração Própria.

Relativamente às verbas, as três primeiras edições apresentam uma grande variabilidade no que concerne o valor total de financiamento de projetos (figura 4.2). No entanto, os valores médios destinados à Mouraria registados por projetos são os mais elevados de todas as edições. A edição de 2014 verifica uma grande quebra de investimento: o único projeto aprovado teve um financiamento de somente 2500 euros, fazendo deste o ano com menores verbas totais e médias daqueles em análise. Depois desta quebra existe uma recuperação. As verbas totais disponibilizadas estabilizam entre os 39000 e os 74000 euros, a única exceção sendo 2018, cujas verbas ultrapassam os 160000 euros. Por sua vez, as verbas médias por projeto verificam algumas oscilações, mas sem nunca atingir os valores registados nas primeiras edições. Desde 2020, regista-se uma tendência de diminuição no investimento médio na Mouraria por projeto. A figura 4.3 apresenta a dispersão das verbas destinadas à Mouraria por

¹⁵ Foram considerados territórios contíguos ou próximos os BIP: 23 (Graça/Sapadores), 36 (Pena), 43 (Alfama), 62 (Castelo) e 64 (Anjos).

projeto, verificando-se uma diminuição dos valores ao longo das edições. Nas primeiras três edições, registaram-se verbas no valor de 50000 euros por 5 vezes, enquanto nas nove edições seguintes, o mesmo verifica-se apenas em 6 ocasiões, com verbas destinadas à Mouraria abaixo dos 15000 euros a tornarem-se o denominador comum.

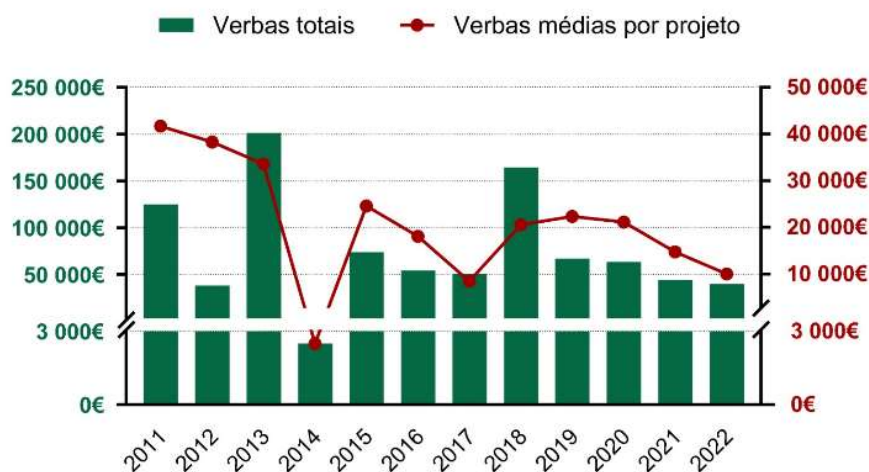


Figura 4.2 - Verbas totais e médias destinadas à Mouraria (2011-2022). Elaboração própria.

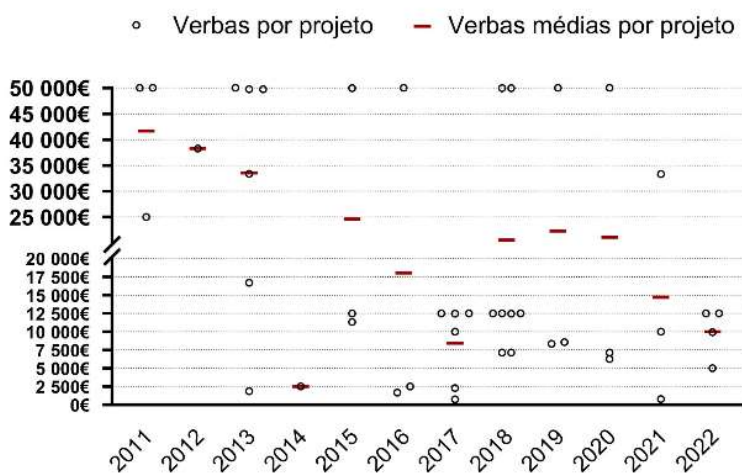


Figura 4.3 - Dispersão das verbas totais e médias destinadas à Mouraria por projeto (2011-2022). Elaboração própria.

Por fim, a distribuição de projetos (candidaturas aprovadas) por temática, com a exceção do “Espaço Comunitário” que contou com apenas 4, é relativamente homogénea, variando entre os 9 e os 11 nas restantes (figura 4.4). O tema “Melhorar a Vida do Bairro” tem maior incidência antes de 2016, ano a partir do qual se verifica um grande decréscimo no número de candidaturas e projetos, sendo a exceção o ano de 2018. Em sentido inverso, o tema “Promover a Inclusão e a Prevenção” ganha tração a partir de 2016, com o número de candidaturas a manter-se estável, mas os projetos a aumentarem. O tema “Promover Competências e Empreendedorismo” apresenta-se estável ao longo das edições,

excetuando-se um ligeiro pico em 2017, ano em que foram promovidos 3 projetos, no entanto, regista-se um grande aumento no número de candidaturas a partir de 2013. De forma semelhante, o tema “Promover a Dinamização Comunitária e a Cidadania” não apresenta grandes variações, com exceção de um pico no número de candidaturas em 2019, embora apenas uma tenha sido aprovada.

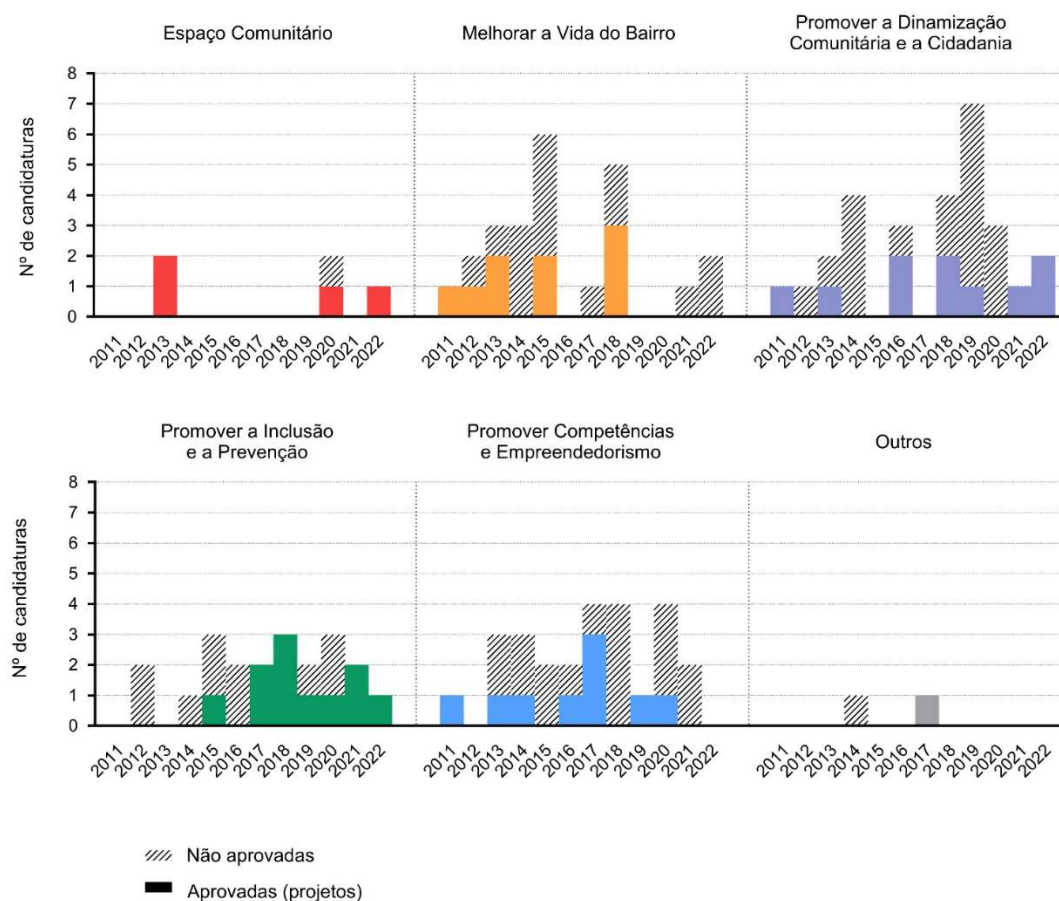


Figura 4.4 - Candidaturas por temática (2011-2022). Elaboração própria.

Capítulo 4 – Discussão

A Mouraria tem atravessado, desde meados da década passada, um intenso processo de gentrificação promovido pelo Estado, resultado de políticas orientadas à liberalização do mercado imobiliário e à captação de capital estrangeiro, bem como de um processo de regeneração urbana promovido pela CML. Uma das políticas inseridas no processo de regeneração da Mouraria, o Programa BIP/ZIP, apresenta uma aparente ambiguidade: por um lado, é parte integrante da estratégia que promoveu o processo de gentrificação no bairro; por outro, trata-se de uma política de base-comunitária que, pela própria natureza e temáticas abordadas, parece reunir as ferramentas necessárias para mitigar os efeitos desse mesmo processo. Neste sentido, e a fim de esclarecer a relação do Programa BIP/ZIP com o fenómeno da gentrificação da Mouraria, o presente estudo reúne testemunhos de vários representantes de entidades promotoras de projetos financiados pelo Programa BIP/ZIP na Mouraria para caracterizar a gentrificação no bairro, perceber qual a atitude das entidades promotoras perante o processo, e analisar como os projetos interagem com este. A análise documental permite escrutinar possíveis alterações no tipo de projetos implementados ao longo dos anos, procurando compreender se refletiram a aceleração da gentrificação no bairro.

Os resultados apontam que todos os representantes de entidades promotoras de projetos financiados ao abrigo do Programa BIP/ZIP conhecem o conceito de gentrificação. Ao serem desafiados a caracterizar o processo, a maioria dos entrevistados destacam as transformações sociais, físicas e comerciais promovidas no bairro em favor de grupos mais abastados, sobretudo turistas, que resultam no desalojamento dos antigos residentes. A caracterização feita encontra, por um lado, correspondência com a conceptualização contemporânea de gentrificação de Shin *et al.* (2016) que, ao encontro do proposto por Lees *et al.* (2016), apresenta um carácter holístico, acolhendo as manifestações do processo à escala planetária; e, por outro, é plenamente acolhida na definição aplicada a Lisboa de “gentrificação turística” proposta por Mendes (2017a).

Os promotores de projetos consideram de forma unânime que a Mouraria está a atravessar um processo de gentrificação. À semelhança do sugerido pela literatura (Tulumello e Allegretti, 2021; Estevens, 2017), os entrevistados associam o seu início ao processo de regeneração urbana desenvolvido pela CML a partir de 2008. Este correspondeu a um processo de gentrificação promovido pelo Estado (Hackworth e Smith, 2001), em que este faz uso dos seus poderes regulatórios e financeiros no sentido de aumentar os lucros de atores privados (Aalbers, 2022).

Como sugerido por Tulumello e Allegretti (2021), os resultados confirmam duas fases distintas no processo de gentrificação da Mouraria: uma, nos anos da crise financeira, em que os efeitos do processo de regeneração urbana são bem acolhidos e tidos como mais-valias para o bairro; e outra, no pós-crise (a partir de 2015), em que os efeitos atingem com severidade os residentes. Na primeira fase é

sublinhado o aparecimento de organizações de base-comunitária no bairro, que apresentaram um papel fundamental de apoio e mobilização da comunidade. Indissociável deste fenómeno está a chegada de novos moradores, atraídos pela “autenticidade” da Mouraria e que procuram envolver-se com a comunidade do bairro. Descritos como “bons gentrificadores” (representante da Renovar a Mouraria), estes correspondem ao que a literatura chama de “gentrificadores marginais”, usualmente jovens indivíduos com capital cultural elevado, mas financeiro baixo (Malheiros *et al.*, 2013), cujo papel na introdução de recursos culturais, políticos e comunitários no tecido local tem sido sublinhado por vários autores (Accornero e Carvalho, 2023; Rose, 1984). Do outro lado da moeda, Estevens *et al.* (2019) sublinham que, na Mouraria, a atração destes novos moradores e coletividades fez parte de uma estratégia política que instrumentalizou a cultura e as artes para a reabilitação e higienização do espaço público, e conseqüente valorização imobiliária. Este aparenta ser um cenário paradoxal, uma vez que estes novos moradores e coletividades, muitas vezes críticos à cidade neoliberal, foram sujeitos ativos de uma estratégia de regeneração urbana que estimulou a gentrificação, tornando o bairro mais atrativo para o investimento privado.

Os resultados indicam que a partir de 2015, e depois de um estágio de gentrificação marginal marcado pela melhoria de imagem da Mouraria, mais segura e com edificado renovado, começam a ser sentidos rapidamente e com intensidade os impactos da gentrificação. Tal como sugerido pela teoria do *rent gap* de Neil Smith (1979), o investimento no bairro e a reabilitação do edificado, anteriormente muito degradado, resultam num processo de especulação imobiliária na Mouraria. As conseqüências daqui emergentes correspondem ao registado em contextos de gentrificação clássica: o desalojamento dos residentes com menos recursos económicos (Lees *et al.*, 2008). No entanto, o processo de gentrificação da Mouraria distingue-se daqueles clássicos por assentar no turismo, alimentado pelo capital global, e ser marcado pela proliferação de alojamentos de curta-duração em detrimento da habitação que servia o circuito local. Estes resultados vão ao encontro daqueles apresentados por Gago e Cocola-Gant (2019) num estudo em Alfama, bairro do centro histórico de Lisboa que atravessa, também, um processo de gentrificação turística.

São, ainda, sublinhadas formas de desalojamento indireto. Os resultados indicam alterações ao tecido comercial, com implicações a nível de consumo, convívio, e apoio, que resultam num sentimento de perda de lugar, tal como demonstrado por Davidson (2008). O desaparecimento de pequenos comércios de proximidade, bem como de organizações de base-comunitária – espaços agregadores, inclusivos e mobilizadores da comunidade – significa uma diminuição do bem-estar dos residentes, que perdem assim espaços dos quais dependia a sua vida quotidiana (Guimarães, 2022; Moya, 2019). Outro efeito relatado foi a perda de vida em comunidade, explicado pela perda de espaços de convívio e pela inexistência de uma relação entre turistas ou novos moradores e residentes. Estas alterações resultam na erosão das redes sociais e do sentido de pertença, como notado, também, por Cocola-Gant (2023). Ademais, é salientado que incompatibilidades entre antigos residentes e gentrificadores transnacionais conduziram à perda de espaços e ao agudizar de antigos problemas. Neste sentido, e ao encontro do

relatado por Maldonado-Guzmán (2022), os resultados realçam uma crescente insegurança, fruto do esvaziamento do bairro e da precarização da população. Por fim, questões como o ruído e a mobilidade são também sublinhadas. As formas indiretas de desalojamento apontadas na Mouraria podem ser acolhidas na conceptualização de *place-based displacement* sugerida por Cocola-Gant (2023), na medida em que se verifica uma perda material (comércio local ou redes sociais, por exemplo) com consequências a nível emocional, agudizando o sentido de perda de lugar e, conseqüentemente, o aumento da insatisfação com o bairro. No entanto, o autor aponta que, em bairros a atravessar processos de turistificação ou gentrificação turística, se verifica a redução do espaço público, que passa a ser ocupado por esplanadas de cafés e restaurantes. Curiosamente, este fenómeno não foi apontado uma única vez pelos entrevistados. Tal poderá ser explicado pelo facto que, em Portugal, um grande número de esplanadas foi instalado à custa do encerramento de ruas transitáveis por veículos a motor, ou à ocupação de lugares de estacionamento (Barata-Salgueiro *et al.*, 2017).

A atitude das entidades promotoras perante a gentrificação fica bem patente nos resultados, que indicam um mal-estar generalizado com o processo a ocorrer na Mouraria. Aquando da caracterização do processo, o discurso dos promotores entrevistados focou-se, sem exceção, nos aspetos negativos do mesmo, ao passo que os aspetos positivos se apresentaram como apontamentos esporádicos. A gentrificação é vista como algo nocivo ao bairro e ao bem-estar dos residentes, sendo necessário contrariar os seus efeitos. Todos os representantes de entidades promotoras afirmam ter considerado a gentrificação e suas consequências aquando da idealização e/ou implementação dos seus projetos. No entanto, apenas um terço diz tê-lo feito diretamente. Os restantes afirmam que, ao procurar agir sobre os problemas de um bairro a atravessar um processo de gentrificação, atuam inevitavelmente sobre os efeitos do mesmo. Este fenómeno vai ao encontro do registado por Rodríguez e Di Virgilio (2016) num estudo sobre colaborações entre governo local e movimentos de base-comunitária na resistência à gentrificação. As autoras sublinham que, por muito que esses movimentos não tivessem como missão a oposição à gentrificação, ao estarem inseridas localmente confrontaram-se com os problemas daí emergentes e procuram atuar sobre eles. A ausência de uma oposição aberta e consciente à gentrificação não deve excluir automaticamente este tipo de ação de uma lógica de resistência ao processo. Práticas ambíguas, inconscientes e heterogêneas devem ser acolhidas numa conceptualização contemporânea de resistência à gentrificação, fenómeno que ocorre em escalas múltiplas de envolvimento e em constante relação com outros processos (Annunziata e Rivas-Alonso, 2018). Este parece ser o caso da maioria dos projetos promovidos ao abrigo do Programa que, não tendo em algum momento a pretensão de atuar sobre a gentrificação, constroem respostas contra esta, contrariando inconscientemente os seus efeitos através da aplicação de um conjunto heterogêneo de práticas, sobretudo no que concerne a formas indiretas de desalojamento.

O foco dos projetos incide, em larga medida, em duas temáticas abrangentes: (1) economia e empreendedorismo, e (2) vida em comunidade. As iniciativas promovidas no âmbito destes temas procuram atuar sobre a dimensão material do *place-based displacement* (Cocola-Gant, 2023), ou seja, a

perda de serviços e comércio, redes sociais, entre outros, recursos estes que, tal como demonstra Fullilove (1996), são constitutivos de um sentido de familiaridade e de vida em comunidade, essenciais ao bem-estar e segurança dos residentes de longa duração (Davidson, 2008; Guimarães, 2022). A sua desintegração conduz a um sentimento de perda de lugar com graves sequelas a nível de saúde mental (Cocola-Gant, 2023), mas também física (Sánchez-Ledesma, 2020), sobretudo em populações mais vulneráveis. Neste sentido, primeiramente, os resultados indicam que uma parte considerável dos projetos focou-se no robustecimento e promoção do comércio local. Ao perceber o risco corrido por alguns espaços antigos, seja pelo preço das rendas exigidos, seja pela competição protagonizada por empreendedores mais jovens e capazes de satisfazer os novos públicos que afluem ao bairro, as entidades promotoras implementaram projetos no sentido de capacitar e empregar profissionais, mas também de divulgar e criar redes de comércios ou ofícios. Ao procurar preservar o comércio tradicional, através do equilíbrio das forças entre este e o novo comércio destinado a públicos mais afluentes, os projetos contribuem para mitigar uma das principais consequências da gentrificação: as alterações ao tecido comercial, das quais resulta a perda de espaços de consumo, convívio e apoio para os antigos residentes, como demonstrado por Guimarães (2022).

Em segundo lugar, os resultados apontam que a maioria dos projetos teve na vida em comunidade o seu foco. As mudanças do bairro e a chegada de novos moradores ou turistas contribuíram para a criação de um ambiente social menos inclusivo, pouco acolhedor para os antigos moradores. Neste sentido, e em busca de empoderar a comunidade, os projetos procuraram robustecer as redes sociais, o sentido de pertença e promover a cidadania ativa. A promoção de encontros inclusivos contribui para uma comunidade local mais integrada e solidária, conferindo-lhe maior resiliência e capacidade de mobilização perante as alterações do bairro (Levine, 2004; Shaw, 2005). Ademais, estas iniciativas, aliadas àquelas de recolha de memórias, contribuem para a “construção de uma identidade «super-diversa» dentro da Mouraria” (Moya, 2019, p. 194), recuperando os laços de familiaridade com o lugar e reparando o sentido de pertença. Projetos que atuam junto de grupos vulneráveis, como os idosos, podem revelar-se espaços inclusivos e de assistência (Versey *et al.*, 2019), mitigando os efeitos da erosão de redes sociais e o desaparecimento de comércio local, tradicionais redes de apoio destas populações, muito dependentes dos laços contruídos dentro do bairro (Torres, 2020). Por fim, e relativamente à cidadania ativa, a participação das populações no desenho ou implementação dos projetos é crucial para a satisfação das mesmas com as alterações promovidas (Ghaffari *et al.*, 2018), tendo o potencial de reforçar a sua ligação ao lugar (Falanga, 2022). Ao procurar-se envolver as populações neste processo, está-se, ainda, a contrariar a marginalização dos antigos residente na vida cívica do bairro que, como sugerem alguns entrevistados, são menos ativos do que aqueles de territórios não gentrificados. De acordo com Thruber e Krings (2021), este fenómeno é fruto da diluição do sentido de pertença dos residentes. Em síntese, os resultados indicam que, através da preservação e robustecimento dos recursos materiais do bairro, e do empoderamento da comunidade, os projetos promovidos no âmbito do

Programa BIP/ZIP contribuem para mitigar os efeitos negativos da gentrificação, afirmando-se como uma fonte de resistência ao processo.

Contradições são, no entanto, sugeridas pelos resultados. Em particular, um projeto que promoveu pequenas instalações em espaço público, cujo objetivo era declaradamente empoderar o comércio local, pode ter contribuído para tornar o bairro mais atrativo para investidores imobiliários ou turistas. Tal como sugerido por Estevens (2017), este fenómeno aparenta inserir-se numa lógica maior de valorização imobiliária através de práticas artísticas e culturais, em que o poder político se serve destas últimas para promover transformações em bairros, instrumentalizando iniciativas, muitas vezes críticas à cidade neoliberal, para tornar os espaços mais chamativos para novos públicos. Assim, ainda que as motivações fossem antagónicas, alguns projetos, estando inseridos no processo de regeneração urbana promovido na Mouraria, contribuíram para acelerar o processo de gentrificação do bairro (Estevens *et al.*, 2019).

Vários autores defendem que colaborações entre executivos municipais e organizações locais de base comunitária podem contribuir para mitigar os efeitos negativos da gentrificação (Ghaffari *et al.*, 2018; Rodríguez e Di Virgilio, 2016). Este aparenta ser o caso do Programa BIP/ZIP, que viabiliza a construção de respostas contra a gentrificação – sobretudo no que a formas de desalojamento indireto diz respeito – ainda que este nunca tenha sido o seu propósito. Os resultados indicam que o Programa apresenta características inatas que ajudam a explicar este fenómeno. Entre as principais é possível destacar os próprios objetivos, que passam pelo reforço da resiliência, mobilização e auto-organização das comunidades, tornando-as mais aptas a responder eficaz e eficientemente a novos desafios. Também, todas as temáticas dos projetos apresentam-se, ainda que com diferentes focos, como possíveis fontes de resolução de problemas emergentes da gentrificação. A diversidade e relativa consistência das várias temáticas ao longos dos anos na Mouraria, sugerem uma resposta abrangente com capacidade de mitigar diferentes efeitos negativos da gentrificação. De salientar que as temáticas não incidem sobre questões habitacionais ou fundiárias, excluindo, em larga medida, a possibilidade de dar resposta ao desalojamento direto de residentes (Ley e Dobson, 2008). Por fim, importa referir a própria filosofia do Programa, que, além da participação das comunidades, questão já explorada, tem na celebração de parcerias a pedra basilar, fortalecendo o tecido associativo do bairro e tornando-o mais apto a atuar.

Apesar das potencialidades intrínsecas ao Programa apontadas, os resultados revelam a existência de espaço para melhorias. Primeiramente, é sublinhada a dependência das entidades em relação ao Programa, alavancada pelo modesto financiamento provido. Ainda, regras como a que limita as entidades constituintes de uma parceria a participar em apenas um projeto por território prioritário, resultam numa competição entre as organizações de base-comunitária do bairro. Segundo os resultados, estas condicionantes contribuem, ainda, para a promoção de projetos desenhados especificamente para responder ao Programa, que jogam pelo seguro e se despem de criticidade no sentido de assegurar o financiamento. Se um dos propósitos do Programa é a criação de um tecido associativo coeso e solidário, dever-se-ia, por um lado, questionar regras que limitem a celebração de parcerias, e, por outro, robustecer o financiamento, garantindo às várias entidades fundo de manuseio e maior liberdade para o

desenvolvimento de projetos mais críticos e ajustados às necessidades das comunidades. Esta realidade parece ter consequências nas parcerias celebradas para a promoção de projetos na Mouraria. Os resultados sugerem que desde 2017 os projetos que incidem no bairro começam a ter uma maior abrangência territorial. Se, por um lado, este fenómeno pode sugerir uma maior capacidade de estabelecimento de parcerias entre entidades de diferentes territórios, pode, por outro, ser sintomático da impossibilidade de as celebrar dentro do mesmo. Projetos tão abrangentes, promovidos amiúde por organizações externas ao bairro, ainda que possam procurar uma estratégia integradora da cidade, não excluem a possibilidade de uma perda de eficácia e alcance de atuação, obstaculizando um combate efetivo aos problemas. No caso da Mouraria, os resultados parecem sugerir que a grande abrangência dos projetos resulta em verbas médias destinadas ao bairro por projeto menores do que aquelas dos anos inaugurais, em que estes abrangiam quase exclusivamente o território. Mais uma vez, este fenómeno pode pôr em risco a eficácia das ações, uma vez que fomenta intervenções menos robustas.

Por fim, foi criticado o modo pelo qual programas como o BIP/ZIP, que aparentam estruturar-se de forma *bottom-up*, servem para a criação de um tecido associativo que surge inorganicamente para dar respostas num âmbito definido de forma *top-down* pelo poder político. Este fenómeno pode contribuir para refrear as entidades locais, que passam a atuar, maioritariamente, dentro de um quadro-normativo exógeno. Esta crítica encontra correspondência na literatura, mais especificamente no conceito de *invited space*, introduzido por Cornwall (2002). Miraftab (2020) descreve-os como “espaços de ação através de grupos informais e organizações aliadas de base-comunitária que são legitimados por doadores ou intervenções governamentais” (para. 9) e explica que, num contexto de inclusão neoliberal, são utilizados para controlar e apropriar ações de agentes locais de base-comunitária. Ademais, ações promovidas nestes espaços são menos eficazes para captar a participação das comunidades (Falanga, 2022), reduzindo o impacto que teriam no reforço da ligação ao lugar.

Para uma atuação cirúrgica é ainda necessário um diagnóstico dos territórios prioritários atualizado. Este condiciona o âmbito de ação dos projetos e, não acolhendo as rápidas transformações de bairros em gentrificação, determinará respostas insuficientes. Assim, com base nas críticas feitas, e não ignorando os prováveis efeitos mitigadores perante a gentrificação, é possível argumentar que projetos abertamente críticos à cidade neoliberal e que se opõem radicalmente ao processo, dificilmente serão financiados ao abrigo do Programa BIP/ZIP.

Conclusão

A presente investigação revelou que o Programa BIP/ZIP desempenha um papel ambivalente na gentrificação da Mouraria. Por um lado, com base nos quatro objetivos específicos propostos, foi possível confirmar que os projetos implementados no âmbito do Programa incidem sobre os efeitos negativos dos processos de gentrificação a ocorrer no bairro. As entidades revelam uma visão crítica sobre a gentrificação, demonstrando interesse em atuar sobre esta. A caracterização do processo no bairro foi uma mais-valia para compreender se os projetos – reflexo da visão das entidades – atuavam, de facto, sobre problemas emergentes da gentrificação. Por outro lado, à semelhança do argumentado por Estevens *et al.* (2019), alguns projetos, ao promover práticas artísticas e culturais, inserem-se numa lógica de valorização imobiliária, através de contributos para a “higienização” e criação de valor simbólico no bairro, alimentando o processo de gentrificação. A investigação demonstra uma dependência das entidades sobre o Programa, que contribui para obstaculizar a rede de parcerias, mas também dilui a potencial componente crítica dos projetos. Ademais, o próprio quadro normativo em que se inserem os projetos, definido pelo poder político, pode contribuir para refrear uma postura crítica e reivindicativa das entidades, alheando-as de ações de maior impacto. Por fim, os projetos implementados na Mouraria têm cada vez maior abrangência territorial e menores verbas destinadas ao bairro, o que poderá sugerir uma perda de foco e robustez necessárias a intervenções mais eficazes sobre os problemas emergentes da gentrificação. Não obstante, a estrutura do Programa apresenta características que fazem deste uma ferramenta útil, ainda que com espaço a melhorias, na resistência à gentrificação, como a obrigatoriedade de estabelecer parcerias entre entidades, o estímulo à participação da comunidade ou as temáticas abrangidas.

A hipótese inicial de que o Programa pode ser uma ferramenta eficaz para combater os efeitos negativos da gentrificação foi substancialmente validada pelos resultados, que demonstram que este contribui para o reforço do tecido local e da cidadania ativa, e para uma comunidade mais resiliente. No entanto, importa referir que este tem atuado quase exclusivamente sobre formas indiretas de desalojamento. Uma vez que as temáticas não abrangem questões habitacionais ou fundiárias, uma resposta a formas de desalojamento direto fica vedada *a priori*. No que à ação pública diz respeito, o Programa deve ser, então, entendido como parte fundamental, mas não suficiente de uma resistência holística à gentrificação, devendo, por exemplo, ser complementado por políticas de habitação, de proteção de inquilinos ou de limites ao licenciamento de novos alojamentos locais, tal como sugerido por Mendes (2017b).

A investigação apresenta, no entanto, algumas limitações. Primeiramente, a compreensão do papel do Programa na Mouraria centrou-se na perspetiva dos promotores de projetos. Para explorar a universalidade do impacto dos projetos no bairro, importa acolher outros pontos de vista, entre os quais aqueles dos residentes. A abrangência limitada das entrevistas e análise documental podem, também,

restringir a representatividade dos resultados. Por fim, a complexidade inerente ao bairro da Mouraria e o carácter multifacetado da gentrificação implicam a consideração de uma variedade de fatores (como o papel das comunidades de migrantes asiáticos nas transformações do bairro) que não foram completamente explorados e deverão ser incluídos numa próxima investigação. Estas limitações ressaltam a necessidade de abordagens mais abrangentes em futuros estudos sobre a interação de políticas de base-comunitária e processos de gentrificação. Seria, ainda, interessante explorar estratégias de parceria e colaboração, analisando a eficácia de diferentes tipos de parceria entre organizações de base comunitária, setor privado e entidades governamentais. Assim, procurar-se-ia contribuir para um entendimento mais abrangente da eficácia de políticas públicas de base-comunitária em estratégias de resistência à gentrificação.

A presente investigação informa sobre o papel do Programa BIP/ZIP num bairro gentrificado, podendo servir de orientação para a implementação de projetos noutros territórios, no sentido de prevenir ou mitigar os efeitos negativos emergentes do processo. Ademais, este estudo tem implicações para o desenvolvimento de estratégias públicas mais eficazes no combate à gentrificação. Ao destacar a importância de abordagens participativas, que envolvem as comunidades nas suas várias fases, este estudo revela as mais-valias emergentes da implementação de políticas públicas de base-comunitária para uma atuação holística sobre a gentrificação. Contribui, também, para oferecer orientação para o aprimoramento das mesmas, no sentido de reduzir possíveis efeitos gentrificadores, e potenciar práticas robustas de combate aos efeitos negativos da gentrificação. O estudo poderá influenciar a formulação e implementação de políticas públicas de base-comunitária em diversas áreas urbanas, como a da habitação, cujo papel na resistência à gentrificação é fundamental. Por fim, representa uma base para investigações futuras e um contributo para os estudos sobre gentrificação, sobretudo aqueles que versam sobre a resistência ao processo, que pouca atenção têm dado a formas de desalojamento indireto e, principalmente, ao potencial papel de políticas de base-comunitária na mitigação dos seus efeitos.

Fontes

- Blitz (2023, setembro 5). Casa Independente, sala de espetáculos de Lisboa, vai fechar. *Expresso*. <https://expresso.pt/blitz/2023-09-05-Casa-Independente-sala-de-espetaculos-de-Lisboa-vai-fechar-e909c125>
- CML (2021). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2021 - Parcerias Locais*. Câmara Municipal de Lisboa. https://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras_2021.pdf
- CML (2023). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2023 - Parcerias Locais*. Câmara Municipal de Lisboa. https://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras_2023.pdf
- Lemos, E. (2023, maio 24). Café O das Joanas: um adeus ao Intendente como o conhecemos. *Mensagem de Lisboa*. <https://amensagem.pt/2023/05/24/cafe-o-das-joanas-adeus-intendente/>

Referências Bibliográficas

- Aalbers, M. B. (2022). Revisiting ‘the changing state of gentrification.’ Em *The Planetary Gentrification Reader* (pp. 32–41). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003341239-6>
- Accornero, G., & Carvalho, T. (2023). Marginal gentrifiers, networks of mobilization and new contentious collective identities. The struggle for housing in post-austerity Lisbon. *Housing Studies*, 1–24. <https://doi.org/10.1080/02673037.2023.2266409>
- Alba, M. (2022). *Pertencer a um bairro num contexto de turistificação: Um estudo sobre a vinculação ao lugar e as relações intergrupais entre residentes tradicionais e migrantes da Mouraria* [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/26718>
- Anguelovski, I., Triguero-Mas, M., Connolly, J. J., Kotsila, P., Shokry, G., Pérez Del Pulgar, C., Garcia-Lamarca, M., Argüelles, L., Mangione, J., Dietz, K., & Cole, H. (2019). Gentrification and health in two global cities: a call to identify impacts for socially-vulnerable residents. *Cities & Health*, 4(1), 40–49. <https://doi.org/10.1080/23748834.2019.1636507>
- Annunziata, S., & Rivas-Alonso, C. (2018). Resisting Gentrification. Em L. Lees & M. Phillips (Eds.), *Handbook of Gentrification Studies* (pp. 393–412). Edward Elgar Publisher.
- Ascensão, E. (2015). Slum gentrification in Lisbon, Portugal. Em *Global gentrifications* (pp. 37–58). Policy Press. <https://doi.org/10.1332/policypress/9781447313472.003.0003>
- Atkinson, R. (2015). Losing One’s Place: Narratives of Neighbourhood Change, Market Injustice and Symbolic Displacement. *Housing, Theory and Society*, 32(4), 373–388. <https://doi.org/10.1080/14036096.2015.1053980>
- Atkinson, R., & Bridge, G. (2005). Introduction. Em R. Atkinson & G. Bridge (Eds.), *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism* (pp. 1–17). Routledge.
- Baeten, G., Westin, S., Pull, E., & Molina, I. (2017). Pressure and violence: Housing renovation and displacement in Sweden. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 49(3), 631–651. <https://doi.org/10.1177/0308518X16676271>
- Banha, F., Flores, A., & Coelho, L. S. (2022). Quantitizing Qualitative Data from Semi-Structured Interviews: A Methodological Contribution in the Context of Public Policy Decision-Making. *Mathematics*, 10(19). <https://doi.org/10.3390/math10193597>
- Baraldi, C. (2021). *Como Marvila virou cool? Um olhar para a conversão criativa-cultural da antiga zona industrial de Marvila* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/131052>
- Barata-Salgueiro, T., Mendes, L., & Guimarães, P. (2017). Tourism and urban changes. Em *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises* (pp. 255–275). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315629759-11>
- Bettencourt, L., & Castro, P. (2015). Diversity in the Maps of a Lisbon Neighbourhood: Community and ‘Official’ Discourses about the Renewed Mouraria. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), 23–44. <https://doi.org/10.18192/clg-cgl.v5i1-2.1456>
- Bhavsar, N. A., Kumar, M., & Richman, L. (2020). Defining gentrification for epidemiologic research: A systematic review. *PLOS ONE*, 15(5). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0233361>
- Bondi, L. (1999). Between the woof and the weft: a response to Loretta Lees. *Environment and Planning D: Society and Space*, 17(3), 253–255. <https://doi.org/10.1068/d1703fst>
- Bourne, L. S. (1993). THE DEMISE OF GENTRIFICATION? A COMMENTARY AND PROSPECTIVE VIEW. *Urban Geography*, 14(1), 95–107. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.14.1.95>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods (Fourth)*. Oxford University Press.
- Carneiro, K., & Baraldi, C. (2017). A indústria do turismo e a arte de governar neoliberal: territorialidades e gentrificação no bairro da Mouraria (Lisboa) e seus desdobramentos socioespaciais. *Indisciplinar*, 4(5), 59–88.

- Carneiro, K., & Baraldi, C. (2017). A indústria do turismo e a arte de governar neoliberal: territorialidades e gentrificação no bairro da Mouraria (Lisboa) e seus desdobramentos socioespaciais. *Indisciplinar*, 4(5), 59–88.
- Clark, W. A. v., Duque-Calvache, R., & Palomares-Linares, I. (2017). Place Attachment and the Decision to Stay in the Neighbourhood. *Population, Space and Place*, 23(2). <https://doi.org/10.1002/psp.2001>
- Cocola-Gant, A. (2018). Tourism gentrification. Em *Handbook of Gentrification Studies*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781785361746.00028>
- Cocola-Gant, A. (2023). Place-based displacement: Touristification and neighborhood change. *Geoforum*, 138, 103665. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.103665>
- Cornwall, A. (2002). Locating Citizen Participation. *IDS Bulletin*, 33(2), i–x. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2002.tb00016.x>
- Davidson, M. (2008). Spoiled Mixture: Where Does State-led 'Positive' Gentrification End? *Urban Studies*, 45(12), 2385–2405. <https://doi.org/10.1177/0042098008097105>
- Davidson, M. (2009). Displacement, Space and Dwelling: Placing Gentrification Debate. *Ethics, Place & Environment*, 12(2), 219–234. <https://doi.org/10.1080/13668790902863465>
- Davidson, M., & Lees, L. (2005). New-Build 'Gentrification' and London's Riverside Renaissance. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 37(7), 1165–1190. <https://doi.org/10.1068/a3739>
- Davidson, M., & Lees, L. (2010). New-build gentrification: its histories, trajectories, and critical geographies. *Population, Space and Place*, 16(5), 395–411. <https://doi.org/10.1002/psp.584>
- Dearnley, C. (2005). A reflection on the use of semi-structured interviews. *Nurse Researcher*, 13(1), 19–28. <https://doi.org/10.7748/nr2005.07.13.1.19.c5997>
- Devine-Wright, P. (2009). Rethinking NIMBYism: The role of place attachment and place identity in explaining place-protective action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19(6), 426–441. <https://doi.org/10.1002/casp.1004>
- Elliott-Cooper, A., Hubbard, P., & Lees, L. (2019). Moving beyond Marcuse: Gentrification, displacement and the violence of un-homing. *Progress in Human Geography*, 44(3), 492–509. <https://doi.org/10.1177/0309132519830511>
- Estevens, A. (2017). A cidade neoliberal: conflito e arte em Lisboa e em Barcelona. *Deriva e Outro Modo, Le Monde diplomatique - edição portuguesa*.
- Estevens, A., & Carmo, A. (2023). Arte e cultura, hegemonia e resistência: uma leitura comparada de diferentes territórios de Lisboa. *Etnográfica*, 27(1), 169–192. <https://doi.org/10.4000/etnografica.13259>
- Estevens, A., Cocola-Gant, A., Calvo, D. M., & Matos, F. (2019). As artes e a cultura nas práticas hegemónicas e alternativas na cidade de Lisboa. O caso do Largo do Intendente 1. *Forum Sociológico*, 35, 9–17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.7826>
- Estevens, A., Cocola-Gant, A., López-Gay, A., & Pavel, F. (2023). The role of the state in the touristification of Lisbon. *Cities*, 137. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104275>
- Falanga, R. (2022). Understanding place attachment through the lens of urban regeneration. Insights from Lisbon. *Cities*, 122, 103590. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103590>
- Farias, A. (2022). *Coprodução de interfaces tecnopolíticas: hacking cívico para o desenvolvimento local em Lisboa* [Dissertação de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/25678>
- Franco, S. F., & Santos, C. D. (2021). The impact of Airbnb on residential property values and rents: Evidence from Portugal. *Regional Science and Urban Economics*, 88, 103667. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2021.103667>
- Freeman, L., & Braconi, F. (2004). Gentrification and Displacement New York City in the 1990s. *Journal of the American Planning Association*, 70(1), 39–52. <https://doi.org/10.1080/01944360408976337>
- Fullilove, M. T. (1996). Psychiatric implications of displacement: contributions from the psychology of place. *American Journal of Psychiatry*, 153(12), 1516–1523. <https://doi.org/10.1176/ajp.153.12.1516>
- Fullilove, M. T. (2016). *Root Shock: How Tearing Up City Neighborhoods Hurts America, and What We Can Do About It*. New Village Press.
- Furtado, C. R. (2014). Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 341–364. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>
- Gago, A., & Cocola-Gant, A. (2019). O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. Em A. C. Santos (Ed.), *A nova questão da habitação em Portugal - Uma abordagem de economia política* (pp. 143–170). Conjuntura Actual Editora.

- Garha, N., & Azevedo, A. (2021). Geography of Airbnb in Barcelona and Lisbon: a comparative study. *Finisterra*, 56(181), 151–173.
- Ghaffari, L., Klein, J., & Angulo Baudin, W. (2017). Toward a socially acceptable gentrification: A review of strategies and practices against displacement. *Geography Compass*, 12(2). <https://doi.org/10.1111/gec3.12355>
- Glass, R. (1964). Introduction: Aspects of change. Em Centre for Urban Studies (Ed.), London: *Aspects of Change*.
- Gotham, K. F. (2005). Tourism Gentrification: The Case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter). *Urban Studies*, 42(7), 1099–1121. <https://doi.org/10.1080/00420980500120881>
- Guimarães, P. P. C. (2018). The Transformation of Retail Markets in Lisbon: An Analysis through the Lens of Retail Gentrification. *European Planning Studies*, 26(7), 1450–1470. <https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1474177>
- Guimarães, P. P. C. (2022). Unfolding authenticity within retail gentrification in Mouraria, Lisbon. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 20(1–2), 221–240. <https://doi.org/10.1080/14766825.2021.1876079>
- Hackworth, J., & Smith, N. (2001). The changing state of gentrification. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 92(4), 464–477. <https://doi.org/10.1111/1467-9663.00172>
- Hamnett, C. (1991). The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16(2), 173. <https://doi.org/10.2307/622612>
- Hamnett, C. (2003). Gentrification and the Middle-class Remaking of Inner London, 1961–2001. *Urban Studies*, 40(12), 2401–2426. <https://doi.org/10.1080/0042098032000136138>
- Kern, L. (2022). *Gentrification is Inevitable and Other Lies*. Between the Lines.
- Kim, M., & Holifield, R. (2022). Touristification, commercial gentrification, and experiences of displacement in a disadvantaged neighborhood in Busan, South Korea. *Journal of Urban Affairs*. <https://doi.org/10.1080/07352166.2022.2060115>
- Lees, L. (2000). A reappraisal of gentrification: towards a 'geography of gentrification.' *Progress in Human Geography*, 24(3), 389–408. <https://doi.org/10.1191/030913200701540483>
- Lees, L. (2018). Introduction: towards a C21st global gentrification studies. Em L. Lees with Martin Phillips (Ed.), *Handbook of Gentrification Studies* (pp. 1–10). Edward Elgar Publishing Limited.
- Lees, L., & Ley, D. (2008). Introduction to Special Issue on Gentrification and Public Policy. *Urban Studies*, 45(12), 2379–2384. <https://doi.org/10.1177/0042098008097098>
- Lees, L., Annunziata, S., & Rivas-Alonso, C. (2018). Resisting Planetary Gentrification: The Value of Survivability in the Fight to Stay Put. *Annals of the American Association of Geographers*, 108(2), 346–355. <https://doi.org/10.1080/24694452.2017.1365587>
- Lees, L., Shin, H. B., & López-Morales, E. (2016). *Planetary Gentrification*. Polity Press.
- Lees, L., Slater, T., & Wyly, E. (2008). *Gentrification*. Routledge.
- Lees, L., Slater, T., & Wyly, E. (2022). *The Planetary Gentrification Reader*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003341239>
- Lestegás, I., Seixas, J., & Lois-González, R.-C. (2019). Commodifying Lisbon: A Study on the Spatial Concentration of Short-Term Rentals. *Social Sciences*, 8(2), 33. <https://doi.org/10.3390/socsci8020033>
- Levine, M. A. (2004). Government Policy, the Local State, and Gentrification: The Case of Prenzlauer Berg (Berlin), Germany. *Journal of Urban Affairs*, 26(1), 89–108. <https://doi.org/10.1111/j.0735-2166.2004.007.x>
- Ley, D. (1981). INNER-CITY REVITALIZATION IN CANADA: A VANCOUVER CASE STUDY. *The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien*, 25(2), 124–148. <https://doi.org/10.1111/cag.1981.25.2.124>
- Ley, D. (1994). Gentrification and the Politics of the New Middle Class. *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), 53–74. <https://doi.org/10.1068/d120053>
- Ley, D., & Dobson, C. (2008). Are There Limits to Gentrification? The Contexts of Impeded Gentrification in Vancouver. *Urban Studies*, 45(12), 2471–2498. <https://doi.org/10.1177/0042098008097103>
- Maldonado-Guzmán, D. J. (2022). Airbnb and crime in Barcelona (Spain): testing the relationship using a geographically weighted regression. *Annals of GIS*, 28(2), 147–160. <https://doi.org/10.1080/19475683.2020.1831603>
- Malheiros, J., Carvalho, R., & Mendes, L. (2012). Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa? *Sociologia*,

Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, 97–128.

- Malheiros, J., Carvalho, R., & Mendes, L. (2013). Gentrification, residential ethnicization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of Lisbon and Bilbao. *Finisterra*, 48(96), 109–135. <https://doi.org/10.18055/Finis3619>
- Maloutas, T. (2012). Contextual Diversity in Gentrification Research. *Critical Sociology*, 38(1), 33–48. <https://doi.org/10.1177/0896920510380950>
- Marcuse, P. (1985). Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City. *WASH. U. J. URB. & CONTEMP. L.*, 28, 195–240.
- Martinho, M. (2019). *Marvila - Autenticidade e Contradição* [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20348>
- Marx, K. (2013). *O Capital - Livro I*. Boitempo.
- Mathema, S. (2015). Gentrification: Um exame atualizado da literatura. *Revista Antropolítica*, 38, 87–97.
- McKinnish, T., Walsh, R., & White, K. (2008). *Who Gentrifies Low-Income Neighborhoods?* <https://doi.org/10.3386/w14036>
- McLeroy, K. R., Norton, B. L., Kegler, M. C., Burdine, J. N., & Sumaya, C. v. (2003). Community-Based Interventions. *American Journal of Public Health*, 93(4), 529–533. <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.4.529>
- Mendes, L. (2006). A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial. *Finisterra*, 41(81), 57–82. <https://doi.org/10.18055/Finis1462>
- Mendes, L. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 487–511. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3209>
- Mendes, L. (2015). As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana. *Cidades*, 12(20), 207–252.
- Mendes, L. (2017a). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 479–512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>
- Mendes, L. (2017b). Manifesto antigentrificação redux. *Marx e o Marxismo*, 5(9), 322–337.
- Mendes, L. (2018). Requiem for Neil Smith: A retrospective of the author's thought on gentrification from the lens of critical geography. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 17(3), 618–633.
- Mendes, L. (2020). DA GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA EM LISBOA. Em *Interconexões: Saberes e Práticas da Geografia 2* (pp. 173–185). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.11920261114>
- Mendes, L., & Jara, A. (2018). Supergentrificação e capitalismo financeirizado: as novas fronteiras do espaço-capital na Colina de Santana, Lisboa. *Cadernos Metrópole*, 20(43), 769–796. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4307>
- Mendes, M. M., Padilla, B., & Azevedo, J. (2016). MOURARIA: CONVIVIALIDADE, DIVERSIDADE E VULNERABILIDADES NUM ESPAÇO EM TRANSIÇÃO. *Revista Espaço E Geografia*, 19(1), 105–138.
- Menezes, M. (2011). “Todos” na Mouraria? Diversidades, Desigualdades e Diferenças entre os que vêm ver o Bairro, nele vivem e nele querem viver. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - CONLABDiversidades e (Des)IgualdadesSalvador.
- Miraftab, F. (2020). Insurgency and Juxtacity in the Age of Urban Divides. *Urban Forum*, 31(3), 433–441. <https://doi.org/10.1007/s12132-020-09401-9>
- Morgan, H. (2022). Conducting a Qualitative Document Analysis. *The Qualitative Report*. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2022.5044>
- Moya, A. (2019). Sustentabilidade sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria, Lisboa. *GOT - Journal of Geography and Spatial Planning*, 17, 179–199. <https://doi.org/10.17127/got/2019.17.008>
- Moya, A. M., & Batista, D. (2016). A Dimensão do Património Intangível em Paisagens Urbanas Históricas Multiculturais. Bairro da Mouraria como Estudo de Caso. Portugal, Território de Territórios, Atas Do IX Congresso Português de Sociologia.
- Muselaers, M. (2017). *Touristifying Mouraria – The impacts os touristification and responses of the local community, in Mouraria (Lisbon)* [Dissertação de mestrado, Utrecht University]. Utrecht University Student Theses Repository. <https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/27574>

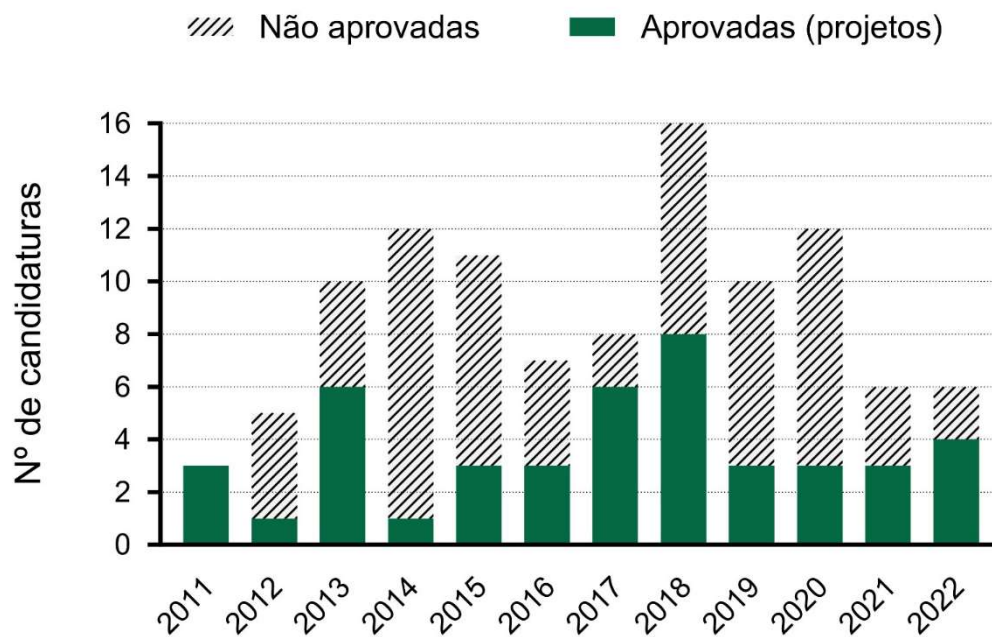
- Newman, K., & Wyly, E. K. (2006). The Right to Stay Put, Revisited: Gentrification and Resistance to Displacement in New York City. *Urban Studies*, 43(1), 23–57. <https://doi.org/10.1080/00420980500388710>
- O'Hara, S. U. (1999). Community based urban development: a strategy for improving social sustainability. *International Journal of Social Economics*, 26(10/11), 1327–1343. <https://doi.org/10.1108/03068299910292550>
- Osman, S. (2016). What Time is Gentrification? *City & Community*, 15(3), 215–219. <https://doi.org/10.1111/cico.12186>
- Parsons, D. (1980). *Rural gentrification: The influence of rural settlement planning policies*. Brighton: University of Sussex Dept. of Geography.
- Pavel, F. (2015). *Transformação urbana de uma área histórica: O Bairro Alto. Reabilitação, identidade e gentrificação* [Dissertação de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/11767>
- Pereira, P. (2017). A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção. *EURE (Santiago)*, 43(130), 47–71. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612017000300047>
- Pinto, T. C. (2020). Da crise da habitação à crise da habitação: trajetória de um direito comprometido. Em M. Silva, L. Baptista, F. Ribeiro, J. Felizes, & A. Vasconcelos (Eds.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como primeiro direito* (pp. 55–83). Edições Húmus.
- Redfern, P. A. (1997). A New Look at Gentrification: 1. Gentrification and Domestic Technologies. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 29(7), 1275–1296. <https://doi.org/10.1068/a291275>
- Rodrigues, J.; Santos, A. & Teles, N. (2016). *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Conjuntura Actual Editora, Lisboa.
- Rodrigues, W. (2008). *Cidade em transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa* [Dissertação de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/2604>
- Rodríguez, M. C., & di Virgilio, M. M. (2016). A city for all? Public policy and resistance to gentrification in the southern neighborhoods of Buenos Aires. *Urban Geography*, 37(8), 1215–1234. <https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1152844>
- Rose, D. (1984). Rethinking Gentrification: Beyond the Uneven Development of Marxist Urban Theory. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2(1), 47–74. <https://doi.org/10.1068/d020047>
- Sadovnik, A. R. (2007). Qualitative Research and Public Policy. Em F. Fischer, G. Miller, & M. Sidney (Eds.), *Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics and Methods* (pp. 417–427). CRC Press.
- Sánchez-Ledesma, E., Vásquez-Vera, H., Sagarra, N., Peralta, A., Porthé, V., & Díez, È. (2020). Perceived pathways between tourism gentrification and health: A participatory Photovoice study in the Gòtic neighborhood in Barcelona. *Social Science & Medicine*, 258, 113095. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113095>
- Santos, A. C. (2019). Habitação em tempos financeiros em Portugal. Em A. C. Santos (ed.), *A nova questão da habitação em Portugal - Uma abordagem de economia política* (pp. 15–52). Conjuntura Actual Editora.
- Schmidt, J. P., & Kirchheim, A. (2014). Políticas comunitárias no Brasil. *Revista Jurídica Da Presidência*, 16(108), 165. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2014v16e108-51>
- Sequera, J., & Nofre, J. (2020). Touristification, transnational gentrification and urban change in Lisbon: The neighbourhood of Alfama. *Urban Studies*, 57(15), 3169–3189. <https://doi.org/10.1177/0042098019883734>
- Shaw, K. (2004). Local limits to gentrification: implications for a new urban policy. Em R. Atkinson & G. Bridge (Eds.), *Gentrification in a Global Context* (pp. 172–188). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203392089-16>
- Shin, H. B., & López-Morales, E. (2022). Beyond Anglo-American gentrification theory. Em *The Planetary Gentrification Reader* (pp. 18–31). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003341239-5>
- Shin, H. B., Lees, L., & López-Morales, E. (2016). Introduction: Locating gentrification in the Global East. *Urban Studies*, 53(3), 455–470. <https://doi.org/10.1177/0042098015620337>
- Slater, T. (2006). The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(4), 737–757. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2006.00689.x>
- Slater, T. (2009). Missing Marcuse: On gentrification and displacement. *City*, 13(2–3), 292–311. <https://doi.org/10.1080/13604810902982250>

- Smith, D. (2005). Patterns and processes of “studentification” in Leeds. *Regional Review*, 12, 14-16.
- Smith, N. (1979). Toward a Theory of Gentrification A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*, 45(4), 538–548. <https://doi.org/10.1080/01944367908977002>
- Smith, N. (1986). Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. Em N. Smith & P. Williams (Eds.), *Gentrification of the City* (pp. 15–34). Allen & Unwin.
- Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203975640>
- Smith, N. (2002). New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. *Antipode*, 34(3), 427–450. <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249>
- Smith, N. (2005). *The New Urban Frontier*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203975640>
- Sobral, L. (2018). *Doing It Together: cooperation tools for the city co-governance*. A Cidade Press.
- Swedberg, R. (2020). Exploratory Research. Em C. Elman, J. Gerring, & J. Mahoney (Eds.), *The Production of Knowledge* (pp. 17–41). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108762519.002>
- Thurber, A., & Krings, A. (2021). Gentrification. Em *Encyclopedia of Social Work*. NASW Press and Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199975839.013.1413>
- Torres, S. (2020). “For a Younger Crowd”: Place, Belonging, and Exclusion among Older Adults Facing Neighborhood Change. *Qualitative Sociology*, 43(1), 1–20. <https://doi.org/10.1007/s11133-019-09441-z>
- Tulumello, S. (2015). Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a “dense” space in Lisbon. *Urban Geography*, 37(1). <https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1056605>
- Tulumello, S. (2022). Cosmopolitan, Racialized, or Both: Conflicting Imaginaries in Mouraria. *Mediapolis: A Journal of Cities and Culture*, 7(4).
- Tulumello, S., & Allegretti, G. (2021). Articulating urban change in Southern Europe: Gentrification, touristification and financialisation in Mouraria, Lisbon. *European Urban and Regional Studies*, 28(2), 111–132. <https://doi.org/10.1177/0969776420963381>
- Tuttle, S. (2022). Place Attachment and Alienation from Place: Cultural Displacement in Gentrifying Ethnic Enclaves. *Critical Sociology*, 48(3), 517–531. <https://doi.org/10.1177/08969205211029363>
- Valli, C. (2020). Emotional displacement: misrecognition, symbolic violence, and loss of place. Em G. Baeten, C. Listerborn, M. Persdotter, & Pull Emil (Eds.), *Housing Displacement Conceptual and Methodological Issues* (pp. 67–81). Routledge.
- Versey, H. S., Murad, S., Willems, P., & Sanni, M. (2019). Beyond Housing: Perceptions of Indirect Displacement, Displacement Risk, and Aging Precarity as Challenges to Aging in Place in Gentrifying Cities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(23), 4633. <https://doi.org/10.3390/ijerph16234633>
- Wyly, E. (2022). Gentrification. Em *The Planetary Gentrification Reader* (pp. 9–17). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003341239-4>
- Yanow, D. (2007). Qualitative-Interpretive Methods in Policy Research. Em F. Fischer, G. Miller, & M. Sidney (Eds.), *Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods* (pp. 405–415). CRC Press.
- Yeom, M., & Mikelbank, B. (2019). Gentrification An Introduction, Overview, and Application. Em *The 21st Century American City: Race, Ethnicity, and Multicultural Urban Life* (pp. 79–96). Kendall Hunt Publishing Company.
- Yin, R. K. (2014). *Case study research: design and methods (Fifth)*. SAGE Publications.

Anexo B – Número de projetos por BIP (2011-2022). Elaboração própria.

| BIP | Nome | N.º de projetos aprovados | BIP | Nome | N.º de projetos aprovados |
|-----|---|---------------------------|-----|--|---------------------------|
| 1 | Casalinho da Ajuda | 12 | 35 | Rêgo (Bairro de Santos e PER) | 19 |
| 2 | Dois de Maio | 13 | 36 | Pena | 18 |
| 3 | Qta Cabrinha/Qta Loureiro/Av. Ceuta Sul | 22 | 37 | Alto da Eira | 20 |
| 4 | Portugal Novo | 13 | 38 | Quinta do Morgado | 9 |
| 5 | Grafanil | 7 | 39 | Quinta das Laranjeiras | 12 |
| 6 | Quinta da Torrinha | 8 | 40 | Casal dos Machados | 12 |
| 7 | Quinta da Mourisca | 8 | 41 | Sete Moinhos | 8 |
| 8 | Ameixoeira (Per) | 14 | 42 | Casal Ventoso | 9 |
| 9 | Ourives/Estrada Chelas | 16 | 43 | Alfama | 33 |
| 10 | Boavista | 18 | 44 | Mouraria | 44 |
| 11 | Vom Pastor/Issan Sartawi | 9 | 45 | Furnas | 9 |
| 12 | Murtas | 6 | 46 | Quinta do Lavrado | 21 |
| 13 | Bela Flor | 13 | 47 | Horizonte | 17 |
| 14 | Liberdade | 4 | 48 | Bairro S. João Brito/Pote de Água | 9 |
| 15 | Quinta do Tarujo | 10 | 49 | S. José/sta Marta (eixo) | 12 |
| 16 | Padre Cruz | 15 | 50 | Rua de S. Paulo (eixo) | 18 |
| 17 | Centro Histórico Carnide | 11 | 51 | Cascalheira/Alvito Velho/Paço do Lumiar | 14 |
| 18 | Azinhaga dos Lameiros/Azinhaga da Torre do Fato | 6 | 52 | Paço Lumiar | 10 |
| 19 | Horta Nova | 12 | 53 | Marvila Velha | 15 |
| 20 | Sete Céus | 16 | 54 | Rua Possidónio Silva | 13 |
| 21 | Galinheiras | 23 | 55 | Pampilha | 10 |
| 22 | Alta de Lisboa Sul | 25 | 56 | Alfredo Bensaúde | 14 |
| 23 | Graça/Sapadores | 33 | 57 | Emp. Municipal R. João Nascimento Costa | 14 |
| 24 | Quinta do Olival | 6 | 58 | Cooperativas 25 de Abril e Unidade Povo | 10 |
| 25 | Cruz Vermelha | 27 | 59 | Emp. Municipal R. Carlos Botelho | 19 |
| 26 | Pedro Queiróz Pereira | 18 | 60 | Cooperativas: R. João Nascimento Costa/R. Carlos Botelho | 18 |
| 27 | Lóios | 20 | 61 | Rua Direita da Palma | 10 |
| 28 | Amendoeiras | 20 | 62 | Castelo | 21 |
| 29 | Flamenga | 18 | 63 | Rio Seco | 13 |
| 30 | Condado | 27 | 64 | Anjos | 36 |
| 31 | Armador | 24 | 65 | Quinta do Ferro | 10 |
| 32 | Quinta das Salgadas/Alfinetes | 24 | 66 | Chameca do Lumiar | 15 |
| 33 | Marquês de Abrantes | 24 | 67 | Alta de Lisboa Centro | 37 |
| 34 | PRODAC | 20 | | | |

Anexo C – Número de candidaturas aprovadas e não aprovadas no BIP da Mouraria (2011-2022). Elaboração própria.



Anexo D – Guião da entrevista

| Questões | Orientações | Questões adicionais |
|--|--|---|
| Apresentação. | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do entrevistado; • Papel na entidade; • Apresentação da entidade. | |
| 1. Nos últimos anos, o fenómeno da gentrificação tem vindo a ser falado por membros da academia, da política e pela própria comunicação social. Tem acompanhado este debate? | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a desenvolver o que se entende por gentrificação. • Caso não saiba do que se trata a gentrificação oferecer sugestão: saída coerciva de casa; alterações do lugar que afetam as ligações materiais e emocionais que se tem com ele. | Em caso de resposta negativa: Sabe o que se entende por gentrificação? |
| 2. Como se posiciona relativamente a quem diz que Lisboa está a atravessar processos de gentrificação? Concorda? | A resposta a esta questão pode incidir na próxima. Dar liberdade à pessoa de responder livremente. | |
| 3. Como define as principais características da gentrificação em Lisboa? | | |
| 4. Olhando agora para a Mouraria, considera que existe um processo de gentrificação no bairro? Se sim, como se manifesta? | <ul style="list-style-type: none"> • Em caso de resposta negativa, procurar pegar no que foi dito anteriormente e dar exemplos para a Mouraria: ex. desalojamento, perda de espaços de convívios e comerciais. • Caso mantenha a opinião: acabar a entrevista. | Em caso de resposta positiva: Como se manifesta? Como evoluiu? |
| 5. A vossa participação no Programa BIP/ZIP teve em consideração este fenómeno? • Como? • Quando? | <p>Incentivar a falar de projetos específicos.</p> <p>Como: que problemas relativos à gentrificação foram identificados e como procuraram contrariá-los;</p> <p>Quando: em que fase do projeto. Logo na ideia original? No desenho? Após a implementação?</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Que projetos tiveram em consideração os processos de gentrificação? • Quais consideram terem sido os resultados? |

Anexo E – Declaração de consentimento informado



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito do projeto de dissertação do mestrado em Políticas Públicas do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e tem por objetivo compreender de que forma o Programa BIP/ZIP se relaciona com os processos de gentrificação que ocorrem na Mouraria. A sua participação no estudo, que será muito valorizada e irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste na realização de uma entrevista.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento, tal como consagrado no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Daniel Silva, estudante do mestrado em Políticas Públicas, cujo email (mdaniel.gsilva@gmail.com) poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.



Os seus dados pessoais serão conservados pelo período de 2 (dois) anos, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.



1. Confirmando que li e compreendi a informação sobre este estudo.
2. Aceito a gravação das entrevistas e que a sua transcrição sirva de apoio à realização dos fins do projeto.
3. Compreendo que certas afirmações pessoais podem ser reproduzidas como citações no projeto, no entanto sendo sempre garantido o anonimato.
4. Depois de ler as informações acima referidas, declaro que aceito participar de forma voluntária e livre nesta investigação.

| | | |
|-------------------------|---|------------|
| Nome do(a) Participante |  Data | Assinatura |
| Nome do Investigador |  Data | Assinatura |

Este documento é composto de 2 páginas e feito em duplicado: uma via para o Investigador, outra para o(a) participante.



Anexo F – Projetos no BIP da Mouraria por temática e ano. Elaboração própria.

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|--|------------------------------|--|--|------|------|------|--|---------------------------------|------------------------------------|--|---|
| Espaço Comunitário | | | Avenida Intendente; O Lugar da Cerâmica | | | | | | | A Ruas Saúde | | Crescimento na Rua! |
| | Promoção de Acesso a Serviços Culturais e Tecnológicos do Bairro | Casa Comunitária da Mouraria | Da Casa para o Bico; Livros e Artes que vos quero | Atelier Ideal Lisboa Histórica para Todos | | | | Levantar o Cerco às Colinas; Lisboa Limpa; Mouraria Composta | | | | |
| Promover a Dinamização Comunitária e Cidadania | Casa Comunitária | | Justiça de Proximidade | | | | | Um Género de Escola! | Academia Lixo Zero | | Fórum para Todos | DiveCity |
| Promover a Inclusão e Prevenção | | | | | | | | Na Rua com Histórias; SIGAPÉ – Autocarro Humano | Ser Humano itinerário para a IG | AL Mouraria, Apoio Local Migrantes | A Minha Vida tem Histórias; Charging (H)earth | Rizoma: uma Mercearia Comunitária; Quem Conta és Tu! |
| Promover Competências e Empreendedorismo | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | |

Nomes antigos:
Reabilitação e Requalificação de Espaço (Iguai)
 Promoção da Cidadania
 Prevenção e Inclusão
 Competências e Empreendedorismo

Projetos cuja entidade foi entrevistada